

5. Capítulo 5

O terceiro capítulo foi dedicado às articulações em prol da aproximação luso-brasileira consubstanciadas nas páginas da *Atlântida*. A revista binacional dirigida por João do Rio e João de Barros, sob o patrocínio dos governos de Portugal e do Brasil, recebeu o nome do continente mítico submerso. A alcunha, segundo afirmou o diretor brasileiro, traduzia a missão do periódico: estabelecer uma ponte imaginária entre os dois continentes que promovesse o abraço espiritual das pátrias irmãs, selando entre ambas uma aliança material e intelectual que as alçaria a uma posição de destaque na nova ordem da geopolítica das nações. Com este fim, em suas 48 edições, publicadas de 1915 a 1920, a *Atlântida* apoiou a política de lusitanização do Atlântico Sul, refletindo os interesses nacionalistas e internacionalistas de Portugal, e também do Brasil.

Foi observado também que João do Rio defendeu não só a entrada do Brasil na guerra ao lado de Portugal, mas também a parceria comercial e política entre as duas repúblicas. Para ele, a guerra havia realçado os sentimentos patrióticos, e aproximar o Brasil de Portugal nada mais representava do que valorizar as tradições comuns e anular complexos colonialistas e anticolonialistas que atrapalhavam o bom relacionamento e o progresso das duas nações irmãs. Criticava aqueles que estimulavam o afastamento de Portugal e a perseguição aos portugueses residentes no Brasil por considerar estas ações sinônimos de jacobinismo, e não de um nacionalismo interessado em estimular a autonomia e a liberdade brasileiras.

Por sua vez, os discursos na *Atlântida* em apoio à Confederação Luso-Brasileira revelaram como a nação portuguesa procurava confirmar a vocação lusitana para a colonização eficiente, a fim de demonstrar a possibilidade de construção de um império luso-brasileiro somado às colônias africanas, em especial Angola. Averiguou-se, igualmente, que os depoimentos de portugueses e brasileiros favoráveis à confederação se deram em um contexto de afirmação da nacionalidade brasileira e no auge dos nacionalismos do mundo ocidental, e dos pan-etnicismos. Por esse viés, questões como ocupação territorial, unificação lingüística, semelhanças raciais, parceria comercial e fortalecimento de laços culturais acaloravam os debates entre aqueles que apoiavam a união

confederativa, e também entre os que pregavam o afastamento completo e definitivo entre o Brasil e Portugal.

Vale ressaltar que no limiar do Centenário da Independência, entre os anos de 1919 e 1922, três acontecimentos em especial acalentaram a parceria amistosa: as visitas dos presidentes Epitácio Pessoa a Lisboa, em 1919, e António José de Almeida ao Rio, em 1922, e a travessia aérea do Atlântico, de Lisboa ao Rio (1922) – feito único realizado em um hidroavião pelos aviadores portugueses Sacadura Cabral e Gago Coutinho. Como afirma Maria Bernardete Ramos,

desde a primeira década do século, vários eventos culturais e/ou políticos empreendidos por Portugal e apoiados pelo Brasil foram cimentados com o discurso da “Política do Atlântico Sul e da lusitanização”: a consciência do comum destino atlântico entre Brasil e Portugal, o que só aconteceria de fato, segundo os que nela se debruçaram, pelas relações comerciais, científicas, literárias e artísticas. Os eventos, além de “realmente acontecidos”, eram recorrentemente citados, lembrados, reatualizados, ganhando a força de duplo efeito: o fato em sua realização físico-temporal-espacial, e o fato em sua condição simbólica, revitalizado no e pelo discurso de aproximação luso-brasileira.⁴²¹

Em meio às iniciativas de reatualização físico-temporal-espacial e simbólica de fatos que revitalizavam o discurso pró-aproximação luso-brasileira, exacerbavam-se no Rio as manifestações nativistas contra brasileiros lusófilos, em especial Paulo Barreto, por suas ações em favor dos portugueses. De fato, no âmbito intelectual debatia-se a colonização e a herança cultural portuguesa e o mal-estar diante de um país que ainda não havia realizado a modernidade nos moldes europeus considerados referenciais para o Brasil; no âmbito econômico, repudiava-se a preponderância dos portugueses e a desvantagem dos comerciantes nacionais e da mão de obra trabalhadora pobre em solo pátrio frente à força comercial e associativa dos lusos.

Periódicos como *Gil Blas* e *Brasiléia* não se cansavam de “denunciar” a ameaça de recolonização do Brasil que acreditavam estar implícita na proposta da Confederação Luso-Brasileira, bem como o monopólio que os portugueses exerciam em vários segmentos da vida urbana no Rio de Janeiro⁴²², como a imprensa, a indústria e o comércio – e, conseqüentemente, a política, pois se julgava que quem detinha o poder econômico poderia influir na política nacional.

⁴²¹ RAMOS, Maria Bernardete. *Op. cit.*, p. 382-383.

⁴²² E também na região Norte do país, no estado do Pará, onde a colônia portuguesa era bastante poderosa.

Por essa razão, associações como a Ação Social Nacionalista (ASN), cujo porta-voz na imprensa era a revista *Gil Blás*, se encarregavam de conclamar os brasileiros para a importância da nacionalização do país.

A sessão inaugural da ASN, realizada no dia 13/2/1920, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), foi aberta pelo presidente da associação Affonso Celso, em discurso eloqüente em prol da nacionalização por completo do Brasil. À mesa da sessão estavam presentes Alcebíades Delamare Nogueira da Gama, diretor e redator da *Gil Blás*, e Álvaro Bomcar da Cunha, chefe da Propaganda Nativista e fundador da *Brasiléia*. Fazia também parte do grupo o jornalista e ex-seminarista de Diamantina, Antonio Torres, bem como Eptácio Pessoa. O discurso do presidente assim definiu a missão da ASN: “instituição sem caráter político nem religioso, em torno da qual se podem agremiar todas as associações patrióticas e cívicas do país, bem como todos os brasileiros que queiram propagar a causa da nacionalização da nossa Pátria”.⁴²³ Em resumo, o objetivo da associação era a mudança da capital para o interior do Brasil, a nacionalização do comércio a retalho, da imprensa, da pesca, da navegação de cabotagem, do idioma e do teatro nacionais.

Affonso Celso ressalta que a ASN não tinha como proposta perseguir qualquer “alienígena”,⁴²⁴ mas este, na condição de hóspede do país, devia comportar-se como bom hóspede, sujeitando-se às normas do lar que fazia a gentileza de abrigá-lo: “o nosso dever é impedir que germens estranhos se infiltrem em nosso organismo social e político, para envenená-lo, desagregá-lo, dissolvê-lo, para nos impor a aceitação das suas conveniências exclusivas”.⁴²⁵ Segundo Celso, a ASN, “acolhendo em seus seios representantes de todas as confissões religiosas, promoverá a adesão de todas as associações patrióticas do país ao seu objetivo, e aceitará a colaboração de todos os brasileiros natos que, de boa vontade, se consagrarem à causa nacionalista”.⁴²⁶

A associação, como podemos constatar, se preocupava não só em arregimentar partidários da nacionalização do país, como também conclamava brasileiros “natos” para tal objetivo, deixando ver dessa maneira uma “campanha”

⁴²³ CELSO, Affonso. *Gil Blás*, Rio de Janeiro, pp. 2-3, 19/02/1920.

⁴²⁴ Expressão utilizada nos periódicos nacionalistas aqui citados para designar o imigrante português.

⁴²⁵ CELSO, Affonso. *Gil Blás*, Rio de Janeiro, pp. 2-3, 19/02/1920.

⁴²⁶ *Idem, ibidem*.

indireta pela naturalização de estrangeiros residentes no Brasil.⁴²⁷ Em outras palavras, estrangeiros não eram bem-quistos, como confirmavam os “mandamentos” da Propaganda Nativista, considerados a síntese dos deveres cívicos do patriota brasileiro, que a ASN adotava como seus: “1º Amar o Brasil com ardente patriotismo; 2º Trabalhar para libertá-lo do predomínio estrangeiro onde quer que ele se manifeste”.⁴²⁸ Mas, a que estrangeiro referiam-se os membros da ASN?

Álvaro Bomilcar, presidente da Propaganda Nativista, na sessão inaugural da ASN é quem deixa claro que “alienígena” era este: “a audácia do estrangeiro que veio realizando a reconquista pacífica de sua antiga colônia, chega a tal ponto que nem a bandeira nacional lhe merece mais o mínimo respeito!”⁴²⁹ O episódio de desacato à bandeira nacional a que Bomilcar se reporta ocorreu em 1920, por conta da exigência de nacionalização dos pescadores portugueses dedicados à atividade pesqueira em todo o litoral brasileiro. Vejamos este episódio em particular, selecionado como tema do presente capítulo por ter reacendido a chama do jacobinismo no início dos anos 20 e representado a causa a qual João do Rio se dedicou com obstinação até a sua morte.⁴³⁰

⁴²⁷ A Constituição Federal, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, criou a Lei da Grande Naturalização, que estabelecia como cidadãos brasileiros: § 1.º os nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não residindo este a serviço de sua nação; § 2.º os filhos de pai brasileiro e os ilegítimos de mãe brasileira, nascidos em país estrangeiro, se estabelecerem domicílio na República; § 3.º os filhos de pai brasileiro, que estiver noutro país ao serviço da República, embora nela não venham domiciliar-se; § 4.º os estrangeiros que, achando-se no Brasil aos 15 de novembro de 1889, não declararem, dentro de seis meses depois de entrar em vigor a Constituição, o ânimo de conservar a nacionalidade de origem; § 5.º os estrangeiros, que possuírem bens imóveis no Brasil, e forem casados com brasileiras ou tiverem filhos brasileiros, contanto que residam no Brasil, salvo se manifestarem a intenção de não mudar de nacionalidade; § 6.º os estrangeiros por outro modo naturalizados. BONFÁ, Rogério Luis Giampietro. *Com lei ou sem lei: as expulsões de estrangeiros e o conflito entre o Executivo e o Judiciário na Primeira República*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s. n.], 2008.

⁴²⁸ *Gil Blás*, Rio de Janeiro, pp. 2-3, 19/02/1920.

⁴²⁹ *Idem*, p. 4.

⁴³⁰ Restringiremos a análise do governo de Epitácio Pessoa à questão da nacionalização da pesca e ao envolvimento de João do Rio neste episódio. Fizemos, no Capítulo 1, uma breve análise do plano político, intelectual e também econômico da Primeira República como um todo.

5.1.

O saneamento da costa brasileira, uma cruzada de civismo da Marinha

Em 1919, no início do governo de Epitácio Pessoa, a Marinha de Guerra do Brasil foi incumbida de, em quatro anos, nacionalizar a pesca e regulamentar os seus serviços, saneando todo o extenso litoral brasileiro, do Cabo Orange, no Oiapoque, ao Chuí. A missão, com programa traçado pelo ministro da Marinha, almirante Gomes Pereira, foi dada ao capitão de mar e guerra Frederico Villar e iniciada no Norte do país. Grosso modo, a tarefa de Villar era reunir os pescadores em colônias cooperativas; profissionalizar os processos de pesca; proteger a fauna e a flora marinha, fluvial e lacustre; estimular o aproveitamento dos produtos aquáticos; criar escolas; fundar postos de saúde; promover o saneamento e a defesa de toda a costa do país e exigir a naturalização dos estrangeiros dedicados à pesca. Vale ressaltar que a pesca no país estava majoritariamente em mãos de portugueses originários de Povoá de Varzim (dedicados à pesca no Rio de Janeiro e no Pará), dos Açores, (voltados à atividade em Santa Catarina), e também de japoneses (estabelecidos principalmente no litoral de São Paulo e em Cabo Frio).⁴³¹ A nacionalização da pesca foi encarada como uma cruzada de civismo, uma obra genuinamente republicana, segundo expressões de Lopes Trovão.⁴³²

O plano traçado por Gomes Pereira, com total apoio do governo federal, previa que cada colônia, formada por pescadores do litoral, ilhas, rios e lagoas brasileiras, servisse como ponto de apoio para a ação social, administrativa e militar do governo da República. A proposta é que funcionasse como centro de orientação cívica e profissional e núcleo de vigilância e defesa da costa, como também da flora e da fauna aquáticas. Os marinheiros incumbidos da missão deveriam organizar, nas colônias, cooperativas de pescadores e nestas instalar escolas primárias, grupos de escoteiros e postos de saneamento. A atribuição das cooperativas seria associativa e também educativa, pois ali os pescadores aprenderiam táticas eficientes e pouco danosas de pesca, a fim de que

⁴³¹ RODRIGUES, João Carlos. *João do Rio: uma biografia*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 242.

⁴³² VILLAR, Frederico. *A missão do cruzador José Bonifácio: a nacionalização da pesca e a organização dos seus serviços (1919-1923)*. Biblioteca Militar, vol. LXXXV. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1945.

abandonassem o uso de arrastões, malhas finas, currais, dinamite e timbó, práticas que matavam cardumes de alevinos.

O programa também previa, em uma segunda fase, a organização dos serviços de pesquisas oceanográficas, visando à realização de estudos científicos sobre a costa brasileira, suas características e peculiaridades, incluindo a investigação das espécies marinhas, marés e correntes marítimas. Vale lembrar que, naquele momento, o “Jeca Tatu” de Monteiro Lobato alertava para um fato que as expedições científicas ao interior do Brasil, principalmente para o Norte do país (realizadas por homens como Oswaldo Cruz, Belisário Pena e Carlos Chagas), comprovavam: a calamitosa situação do homem do interior.

Em outras palavras, o Brasil, se de fato pretendia abrir alas ao progresso, deveria ocupar o vasto território nacional e domar a natureza arisca e traiçoeira, causadora de endemias inibidoras do desenvolvimento, entre elas diversas verminoses e a malária. A condição de saúde e de vida do caboclo praiano com o qual os desbravadores da Marinha do Brasil se depararam no Pará e no Amazonas confirmava a importância da missão civilizadora: “completamente alheios à civilização, 99% analfabetos, demolidos pela verminose, cobertos de úlceras, com os intestinos pandos de tricocéfalos, ascaris e anquilóstomos, combalidos pela malária, pela lepra, pela sífilis e pelo alcoolismo”.⁴³³

Esse pescador caboclo, segundo relato de Frederico Villar em seu livro sobre a missão do cruzador José Bonifácio (embarcação da Marinha designada para percorrer toda a costa do Brasil), por sua humildade, ignorância e generoso coração sofria nas mãos do político e do “alienígena audacioso”. Villar referia-se aos políticos paraenses e aos comerciantes – portugueses, em sua maioria – que mantinham os pescadores sob intensa miséria e submissão, vendendo-lhes os instrumentos para a pesca, a comida e os utensílios domésticos, recebendo como pagamento todo o pescado retirado do mar, rios e lagoas, estabelecendo assim com eles uma relação comercial injusta e de extrema exploração.

“Por trás do ‘banqueiro’ estrangeiro, dono do barco ‘geleiro’ que ia ‘negociar’, vender ‘coisas baratas’ e buscar o pescado, o mandão municipal, com a sua polícia, as suas surras e o seu xadrez horrível. A justiça local não existia!”.

⁴³⁴ Continua Villar: “do encontro de contas entre o ‘banqueiro’ e o mísero praiano,

⁴³³ VILLAR, Frederico. *Op. cit.*, p. 23-24.

⁴³⁴ Idem, p. 49. Grifos do autor.

analfabeto e esmagado pelo seu complexo de inferioridade – saía o escravo, o condenado a trabalhos forçados por toda a vida, sem ter para quem apelar”.⁴³⁵ O depoimento de um jornalista brasileiro, correspondente da *Gil Blás* em Belém, ilustra a situação:

aqui, no Pará, de fato, tudo pertence aos portugueses, que, sistematicamente, indignamente, excluem os nacionais da vida comercial. (...) o elemento estranho, adventício, tem emprego, boas colocações, enquanto que os nacionais, os pobres jecas-tatus paraenses, (...) ficam sem a doce esperança de melhores dias, só porque os nossos excelsos fazedores de leis, os magnatas da República, são, coitados, míopes.⁴³⁶

Vale destacar que a pesca no Brasil e as regras que a regulamentavam eram regidas pela Convenção Internacional de Haia, que em 1882 estabeleceu o exato limite das águas territoriais do Brasil e definiu que “a pesca é aí um direito exclusivo dos filhos do país, porque o pescador é detentor de segredos que interessam à defesa nacional e porque a pesca constitui uma riqueza que a nação precisa salvaguardar”.⁴³⁷ Em dezembro de 1897, a lei nº 478 oficializava a organização da pesca nos termos da Convenção de Haia, exigindo que ela fosse nacionalizada. Anos depois, em 4 de janeiro de 1912, a lei 2.544 criava, por decreto, a Inspetoria de Pesca (por esse mesmo decreto a pesca passava para o Ministério da Agricultura; em 1919, voltaria para o Ministério da Marinha), com o objetivo de delimitar as zonas de pesca do litoral do país; montar serviços científicos e administrativos, projetar escolas profissionais e organizar colônias de pescadores formadas por brasileiros, que a partir daí deviam matricular-se na Capitania dos Portos do Estado e contribuir com associações de classe.

A questão é que esta lei de 1912 não foi decretada exatamente nos termos de Haia. Seu cunho liberal permitia que o direito da pesca em águas brasileiras fosse extensivo não só aos filhos do país, mas aos cidadãos do país, incluindo os naturalizados. Posteriormente, igual concessão foi feita aos “amadores” da pesca, muitos dos quais estrangeiros de qualquer nacionalidade. “As exigências dessa nacionalização não eram excessivas: era permitido que os barcos de pesca em alto mar tivessem capitão, mestre e contramestre estrangeiros, mas metade da

⁴³⁵ *Idem, ibidem.*

⁴³⁶ ABRANTES, Oscar de. “Uma verdade desoladora”. *Gil Blás*, Rio de Janeiro, 1919.

⁴³⁷ VILLAR, Frederico. *Op. cit.*, p. 154.

população deveria ser brasileira”, ressalta Raimundo de Magalhães Júnior.⁴³⁸ Foi concedido também um prazo de cinco anos para a regra entrar em vigor, porém antes disso, em 1915, o artigo 399 do decreto 11.505 determinava que dois terços, e não apenas a metade da tripulação, fosse brasileira.

Como o processo ocorrera pouco antes e mesmo durante a guerra, a execução dos termos da lei caiu no esquecimento, até que o conflito mundial alertou as autoridades militares para a importância dos pescadores no âmbito da defesa nacional.⁴³⁹ Vale ressaltar que em 1915 os pescadores poveiros se organizaram em uma associação denominada “Associação Marítima dos Poveiros”, que somava mais de dois mil pescadores com cerca de 100 lanchas, só na Baía de Guanabara. Alberto de Oliveira, em discurso na associação, em 15 de agosto do mesmo ano, celebrou: “Pois vejo hoje, com desvanecimento, que ao menos no Rio de Janeiro essa indústria se encontra quase exclusivamente nas rijas mãos portuguesas”.⁴⁴⁰

5.2.

Do saneamento à perseguição aos poveiros: alienígenas na pesca nacional

O governo de Epitácio Pessoa, interessado em fazer valer a naturalização, decidiu então que em 1920, estando vencido o prazo para a nacionalização determinado por lei, o título de pescador deveria ser obtido na Marinha, bastando para isso que o interessado apresentasse prova de que havia requerido a naturalização.⁴⁴¹ A partir de então, o caminho era este, ou a naturalização comprovada por certidões de registro civil, mediante testemunhas. A

⁴³⁸ MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo de. *Op. cit.*, p. 350.

⁴³⁹ Durante a guerra, os alemães pagaram a pescadores brasileiros para ajudá-los a navegar seus navios em rios do Nordeste, onde estabeleceram bases de operações. “Como comandante do cruzador Timbira, apreendi em águas pernambucanas um *raider* alemão com bandeira norueguesa e aprovisionador de submarinos nas águas do Atlântico”. VILLAR, Frederico. *Op. cit.*, p. 153.

⁴⁴⁰ OLIVEIRA, Alberto de. *Op. cit.*, p. 61-62.

⁴⁴¹ Em 1921, seguindo a ideologia do “branqueamento” da elite paulista, Epitácio Pessoa sanciona o projeto de lei nº 209 que regulava a entrada de estrangeiros no país, proibindo o desembarque no território nacional de estrangeiros portadores de deficiência física, de moléstia incurável e contagiosa, ou com mais de 60 anos sem condições de subsistência. O projeto de lei, “inicialmente, previa a proibição da imigração do negro porque era um “perigo” e uma “ameaça” à constituição da nacionalidade. Rejeitado, retornou ao debate em 1923, só que desta feita proibindo também a imigração amarela, principalmente a japonesa. Só o imigrante europeu serviria”. RIBEIRO, Gladys Sabina. “Antes sem pão do que sem pátria: o anti-portuguesismo nos anos da década de 1920”. *Convergência Lusíada*, 18, 2001, p. 158.

obrigatoriedade da naturalização foi oficializada em agosto de 1920, por meio de uma circular que concedia 90 dias para os três mil pescadores estrangeiros residente no país continuarem a exercer a atividade. A pesca foi nacionalizada e regulamentada, de fato, em 1923.

O que dificultava a missão da Marinha, segundo o comandante Frederico Villar, era que os poveiros, “demolidores da Nacionalização da Pesca”, “voltaram à carga com desmedida audácia”. “Em torno de uma associação de pescadores alienígenas existente nesta capital, que levava a sua ousadia a ponto de proibir em seus estatutos o contrato de brasileiros em seus barcos – que pescavam em águas do Brasil – levantou-se a rebeldia contra o nosso Governo”.⁴⁴² A associação a qual Villar referia-se era a Associação Marítima dos Poveiros. A resistência fomentada pela associação teve seu ponto culminante com a retirada em massa para Lisboa de centenas de pescadores portugueses e de suas famílias, a bordo de um paquete lusitano, fato que será ainda abordado.

Segundo Frederico Villar, “aos estrangeiros que encontrávamos no trabalho pacífico da pesca, demos, de acordo com as ordens do Governo, um largo prazo para que requeressem a sua naturalização. Esses requerimentos nunca foram feitos, mas teimavam em pescar assim mesmo”.⁴⁴³ Villar conta ainda que os poveiros chegaram a “montar” uma “máquina eleitoral” para emitir o título de eleitor e a comprovação de que haviam prestado o serviço militar no Exército brasileiro.

De acordo com um estudo de Alcida Rita Ramos sobre os pescadores portugueses, o pescador poveiro possuía um senso de apego à pátria mãe bastante arraigado, e a avaliação que fazia de si mesmo como pescador o diferenciava dos pescadores portugueses de outras regiões. Segundo a pesquisadora, que entrevistou na década de 60 pescadores originários de Povoá de Varzim, “um poveiro de 61 anos de idade contou, quase em tom de piada, como ele e seus tripulantes foram presos há cerca de 30 anos por terem poveiros clandestinos a bordo, e comentou: ‘mas eu continuei a fazer a mesma coisa (*abrigar nas*

⁴⁴² Idem, pp. 166-167.

⁴⁴³ VILLAR, Frederico. *Op. cit.*, p. 160.

embarcações poveiros não naturalizados), porque os poveiros são os melhores pescadores que há’’.⁴⁴⁴ Para a autora,

esta atitude é a que mais comumente exprime o etnocentrismo poveiro. O orgulho que têm de suas habilidades como pescadores contribuiu muito para que desenvolvessem estereótipos negativos com relação à qualidade da mão de obra brasileira e até mesmo portuguesa de outras procedências. A consciência que têm de longa tradição pescadora de sua comunidade de origem leva-os a fazer comparações entre a eficiência que é adquirida durante a vida inteira de um poveiro e a falta de jeito de alguns portugueses recentemente tornados pescadores, ou a “preguiça” dos “incompetentes” brasileiros.⁴⁴⁵

É importante ressaltar que nesse processo de naturalização obrigatória para o exercício profissional, em muitos casos o orgulho da nacionalidade era o único trunfo de que dispunham os pescadores portugueses, poveiros ou não, mas pobres em sua grande maioria, diante de uma sociedade elitista e excludente que os estigmatizava. Segundo a autora, “de fato, portugueses não poveiros, por serem mais numerosos do que estes, ao menos no centro pesqueiro do Caju (*Rio de Janeiro*), foram mais severamente atingidos pelas restrições legais da pesca”.⁴⁴⁶

Continua Alcida Ramos,

quando os poveiros chegam ao Brasil como imigrantes portugueses, as diferenças que existem na terra natal passam a ser grandemente minimizadas aqui. Por sua vez, os brasileiros não se dão conta das peculiaridades dos poveiros como segmento sociocultural português distinto. Para eles os poveiros são outros tantos portugueses que chegaram ao Brasil como imigrantes.⁴⁴⁷

Em resumo, a lei de naturalização consentia que os pescadores estrangeiros legalmente matriculados nas Capitâneas dos Portos, “surpreendidos com a execução da lei”, continuassem a pescar, durante um prazo razoável para requererem a naturalização, após o qual lhes seria dada a matrícula e o registro de seus barcos e aparelhos; os estrangeiros não matriculados, ou os que recusassem a naturalização, seriam impedidos de exercer a pesca em águas nacionais e teriam apreendidas as suas embarcações; os pescadores brasileiros ainda não matriculados teriam facilitada a matrícula, o registro da embarcação e dos

⁴⁴⁴ RAMOS, Alcida Rita. *Pescadores portugueses no Rio de Janeiro*. Pesquisa Antropológica N.º 17. Tese elaborada como requisito parcial para obtenção do grau de Máster of Arts (Antropologia), University of Wisconsin, 1965, pp. 19-46. Grifo nosso.

⁴⁴⁵ *Idem, ibidem*.

⁴⁴⁶ *Idem, ibidem*. (Grifo nosso)

⁴⁴⁷ *Idem, ibidem*.

aparelhos de pesca, gratuitamente expedidos pelo Cruzador José Bonifácio e pelas repartições navais dos estados e no Distrito Federal; seriam apreendidos e inutilizados os aparelhos de pesca destruidores da fauna aquática e do regime de conservação da costa: redes de malhas miúdas, barragens fixas e semelhantes, proibidos pelos regulamentos navais.⁴⁴⁸ A questão é que os poveiros, em especial, recusavam a naturalização, preferindo o repatriamento:

surpreendendo-os com a execução da lei, não desejava o Governo da República agir com a dureza que caracteriza certos governos europeus e resolveu oferecer a esses pescadores alienígenas todas as facilidades possíveis para que eles nada sofressem com a organização dos Serviços mandados executar pela lei em apreço.⁴⁴⁹

Segundo Frederico Villar, os pescadores poveiros, apoiados pelos representantes

diplomáticos de Portugal no Rio de Janeiro, em especial pelo embaixador de Portugal no Brasil Duarte Leite, por alguns deputados e pela imprensa, mal informados ou interessados em fazer oposição às determinações do governo de Epitácio Pessoa, recusavam-se a obedecê-las. Seus advogados propalavam que a nacionalização da pesca era ilegal e inconstitucional; que, se fossem obrigados a interromper suas atividades, por recusarem-se a se naturalizar, faltaria pescado nos mercados do país; que toda essa campanha era fruto do espírito jacobino do comandante do cruzador José Bonifácio, Frederico Villar, responsável pela aplicação das medidas da Marinha.⁴⁵⁰

O consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Rodrigo Otávio, julgou a nacionalização da pesca ilegal e injusta e autorizou o exercício da atividade pelos pescadores portugueses, mesmo que não se quisessem naturalizar. Apoiados no parecer do jurisconsulto e assessorados pelo cônsul Santos Tavares e pelo deputado Nicanor do Nascimento, o pescador português Matias Gonçalves e outros poveiros, alegando ser inconstitucional a exigência da naturalização contida no Regulamento da Pesca, requereram ao juiz Otávio Kelly um habeas corpus para continuarem exercendo a profissão. O juiz recusou o pedido e a questão chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF), que julgou “perfeitamente legal a exigência da naturalização dos estrangeiros que queiram

⁴⁴⁸ VILLAR, op. cit., p. 219-220.

⁴⁴⁹ *Idem*, p. 148.

⁴⁵⁰ *Idem*, p. 165.

exercer a pesca no Brasil”⁴⁵¹ e, em 11 de outubro de 1920, confirmou a decisão do juiz. A polêmica reverberou nas ruas da cidade e houve passeatas a favor e contra a decisão do STF.

Diante da polêmica, Eptácio Pessoa enviou ao jurista James Darcy, Consultor Geral da República, um dossiê sobre o assunto. O parecer de Darcy confirmava a legalidade e constitucionalidade da nacionalização da pesca e exaltava a importância do cumprimento da lei como “uma imperiosa necessidade em bem da segurança da nação. As conclusões a que cheguei adquiriram no meu espírito um grau de certeza, tal, que não compreendo como possam ter divergido eminentes juristas”.⁴⁵² James Darcy referia-se aos pareceres de, entre outros, Rui Barbosa, Clóvis Bevilacqua, Solidônio Leite, João Mendes e Pedro Lessa, favoráveis aos poveiros.⁴⁵³

Frederico Villar justificava a aplicação da lei com o argumento de que outros países já o haviam feito. Uma lei portuguesa de 1909, e uma holandesa, de 1889, consideravam crime a pesca feita por estrangeiros em suas águas territoriais. A legislação alemã citava estas leis como modelos para determinar a prisão, multa e confisco de instrumentos, barcos e peixes neles contidos, aos estrangeiros encontrados pescando em suas águas. A nacionalização da pesca, segundo ele, já tinha sido regulamentada em convenções estabelecidas entre a França e a Inglaterra, entre a Inglaterra e a Alemanha. Na França e na Itália o mesmo ocorrera. Sobre o embate, vejamos a opinião do jornalista brasileiro Salvador Santos, diretor da *Gazeta de Notícias* do Rio, em entrevista ao jornal português *O Século*, de Lisboa.

a nacionalização da pesca no Brasil é uma lei federal, votada há muitos anos, em virtude de convenção internacional, firmada em Haya. O Brasil é uma das nações signatárias desse pacto. A lei brasileira não visou hostilizar a nenhuma colônia estrangeira residente no Brasil, e muito menos a portuguesa. O seu alcance é muito maior do que o de simples naturalização de pescadores, pois que tem em mira proteger interesses ligados à defesa nacional. O prazo para cumprimento dessa lei já fora prorrogado várias vezes. Esgotando-se agora a última prorrogação, era o governo naturalmente obrigado a cumpri-la. Se não fossem alguns amigos ursos que Portugal tem no Brasil, coisa alguma se teria dado. Maus amigos dos portugueses, explorando-os, fizeram disso um caso que provocou certa irritação, passageira é verdade, entre exaltados dum e doutro

⁴⁵¹ *Apud* VILLAR, *op. cit.*, p. 172.

⁴⁵² VILLAR, *op. cit.*, p. 174.

⁴⁵³ RIBEIRO, Gladys Sabina. “Antes sem pão do que sem pátria: o anti-portuguesismo nos anos da década de 1920”. In: *Revista do Real Gabinete Português de Leitura*, vol. 2, 2001, p. 147-162.

campo. Mas, tudo somado e analisado, não passou de uma tempestade em copo de água (...).⁴⁵⁴

Em entrevista ao mesmo jornal (*O Século* procurou ouvir opiniões diversas sobre a polêmica envolvendo os pescadores além-mar), o português Domingos Pires Barreiro, residente no Brasil por mais de 20 anos, ressaltou que a nacionalização da pesca era uma exigência há muito estabelecida que estava sendo efetivada com anos de atraso. Contudo, a aplicação da lei, que obrigava os cerca de três mil pescadores estrangeiros à naturalização, foi a oportunidade para que uns poucos brasileiros, insuflados de propósitos nativistas, impetrassem uma campanha nacionalista de fundo essencialmente antilusitano. Argumenta o português Domingos Barreiro em *O Século*, de Lisboa:

há 23 anos, portanto, que os pescadores estrangeiros no Brasil deveriam ter conhecimento da lei que lhes nega o direito de exercer aquela profissão (...). Desculpa alguma, porém, não encontro para os nossos agentes consulares, que mais uma vez patentearam a insuficiência que preside à sua nomeação, pois incumbia-lhes o dever de dar a saber àqueles trabalhadores do mar a situação de tolerância em que estavam, máxime desde a publicação do decreto que ali regulamentou a pesca. (...) Não nos é lícito discutir o direito que ao Brasil assiste para legislar sobre o trabalho nacional, desde que as suas resoluções não constituam uma determinante exceção. É este, a meus ver, o ponto vulnerável da ação do Brasil para com Portugal, nesta questão da nacionalização da pesca, porquanto ali, nessa indústria, somente se contavam brasileiros e portugueses. Eis a exceção odiosa que noto na aplicação da lei, porque sendo uma lei de caráter geral, a sua execução somente afetava, como de fato afetou, os trabalhadores duma determinada nacionalidade. Dessa circunstância aproveitaram os elementos do nacionalismo vesgo, que só a portugueses alveja, na certeza que tinham da insubmissão dos nossos pescadores e, portanto, no seus afastamento da concorrência com os nacionais.⁴⁵⁵

A “determinante exceção” a qual Domingos Barreiro se refere, que tornava vulnerável a atitude brasileira, era seu caráter nativista, uma vez que a lei afetava uma nacionalidade específica.⁴⁵⁶ Ou seja, o Brasil devia ter exigido o cumprimento da lei quando esta foi criada, em 1897, assim como na ocasião cabia ao governo português, representado por seus agentes consulares, orientar os

⁴⁵⁴ *O Século*, Lisboa, p. 1, 5/12/1920.

⁴⁵⁵ *O Século*, Lisboa, p. 4, 1/11/1920.

⁴⁵⁶ Segundo Raimundo de Magalhães Júnior, a negativa dos poveiros em seguir as determinações do governo tornou-se motivo de irritação ainda maior entre os nacionalistas quando 30 japoneses, que pescavam em Cabo Frio, pediram a naturalização. *Op. cit.*, p. 356. Em seu livro sobre a nacionalização da pesca, Frederico Villar não cita o episódio da naturalização dos pescadores japoneses.

pescadores portugueses sobre a existência desta lei, que também foi aplicada em Portugal e em outros países da Europa segundo as normas de Haia.

Em período de pós-guerra, o cumprimento da lei tornou-se ainda mais relevante, visto o conhecimento do oceano, como também dos rios e lagoas do Brasil, privilégio em geral dos pescadores, ser considerado estratégico para a defesa da costa e compreendido como estratégia militar. Contudo, a exigência da naturalização, ocorrida com atraso de 23 anos (em momento de intenso debate sobre a nacionalização do país), reacendia a lusofobia na ala mais radical da República, que nela se apoiava para justificar atitudes e medidas jacobinas. Vejamos mais uma vez o depoimento do jornalista brasileiro Salvador Santos, diretor da *Gazeta de Notícias* do Rio, em entrevista ao jornal *O Século*, de Lisboa:

- Fala-se, entretanto, e muito (...) numa certa campanha nacionalista existente no Brasil, campanha essa de fundo essencialmente anti-lusitano...
- Tudo isso chega aqui muito aumentado. Vistas a quatro mil milhas de distância, tais coisas ampliam-se, como as ondas do próprio mar. (...) Há, de fato, no Rio de Janeiro um grupo de rapazes, sem dúvida inteligentes e bem intencionados, mas desorientados. Fazem patriotismo a seu modo, sem, entretanto, conseguirem grandes resultados. A campanha nacionalista desses moços passaria como uma simples estroinice de rapazes, se não aparecessem no meio deles alguns medalhões, dispostos a explorar-lhes a ingenuidade e o entusiasmo.
- E tais chefes são...
- Ora, meu amigo. Nem vale falar de tais homens. O chefe mais ostensivo é o conde Afonso Celso, monarquista impenitente, que, no ocaso da vida, tendo ambições de popularidade, mas não podendo aderir à política republicana, para não dar provas públicas de incoerência, resolveu presidir ao grupo dos rapazes nacionalistas, com o fito único de fazer ruído em torno do seu nome. Foi um meio que o conde encontrou para não desaparecer de todo. Nada mais do que isso. De resto, o nativismo puro não pode existir no Brasil, devido à aglomeração de gente de todas as raças e nacionalidades.
- Em todo o caso, a questão dos poveiros parece ser sintomática...
- Eles fizeram disso um caso, sem motivo algum.⁴⁵⁷

A questão é que o incidente com os poveiros deu ensejo a uma série de crônicas e artigos, na imprensa do Brasil e de Portugal, marcados por tensão e ressentimento. A ASN promovia comícios e o periódico *Gil Blás* insuflava a população. Foi nesse momento que Carlos Malheiro Dias debateu a questão com lucidez na *Carta aos estudantes portugueses*, publicada primeiro em *O Século* e em edição autônoma anos depois. Segundo ele, o nativismo, modalidade agressiva de patriotismo, era um fenômeno econômico, uma vez que os portugueses, como

⁴⁵⁷ *O Século*, Lisboa, p. 1, 5/12/1920.

também os italianos e alemães, detinham uma importante parcela da riqueza nacional. Quanto à questão dos poveiros, considerava a nacionalização da pesca um ato natural decorrente das determinações de Haia. Para Malheiro Dias,

no cumprimento da lei, o comandante de José Bonifácio houve-se de modo a merecer as aclamações dos nativistas. Os poveiros foram compelidos a naturalizarem-se ou a abandonar a sua profissão. Abrira-se um conflito em que, parte a parte, estava em jogo o brio patriótico. Não nos cumpre agradecer se a lei da fiscalização da pesca é ou não anti-constitucional. Cada um em sua casa comete os erros que quer, admitindo que essa lei seja inspirada por um erro. Os legisladores brasileiros entenderam que convinha ao Brasil a aplicação de princípios novos, ao aplicado nos demais países da Europa e da América, ao exercício da pesca nas águas territoriais? Quem lhes pode contestar o direito soberano de legislar em sua casa como lhes aprouver? Aliás, essa legislação não atingia apenas os pescadores portugueses, mas impunha a naturalização a todo o pescador estrangeiro, sem distinção.⁴⁵⁸

Continua Malheiro Dias:

o nativismo não chega a ser um partido. É uma crise. O brasileiro entende que só ele pode mandar em sua casa e que a ação do estrangeiro, embora intimamente associado à vida econômica da nação, não deve transpor os limites em que passaria a parecer uma intervenção perturbadora na vida privada e política do país. Mas isso não chega a ser um postulado nativista, porque é uma sadia doutrina patriótica. Em regra geral, o português domiciliado no Brasil limita-se a enviar aos parentes pobres pensões familiares que cessam com a morte dos beneficiários. (...) Se cada português cumprisse a ordenação nativista, começaria por preservar a nacionalidade paterna de seus filhos, e o conselheiro Rodrigues Alves, filho de português, não teria podido ser Presidente da República, nem o sr. Arthur Bernardes, filho de português, poderia ser o atual candidato à Presidência.⁴⁵⁹

Pode-se perceber pela argumentação do autor de *A mulata* que o que movia os nativistas não era o patriotismo, mas o desejo velado de derrubar a concorrência estrangeira, em especial a do português, (ainda proeminente no comércio da capital). Esses homens alardeavam a ameaça da recolonização quando, na verdade, não tinham, no entender de Dias, competência para enfrentar a concorrência econômica. Para o escritor não havia um Brasil lusófono, mas sim um agrupamento de indivíduos ressentidos por não haverem conquistado projeção política e social. Malheiro Dias também excluiu Epiácio Pessoa da corrente lusófoba: “atentai na irrisória puerilidade dessa falsificação impudente da verdade,

⁴⁵⁸ MALHEIRO DIAS, Carlos. *Carta aos estudantes portugueses*. Lisboa: Portugal-Brasil Limitada Sociedade Editora, 1922, pp. 12-16.

⁴⁵⁹ Idem, *ibidem*.

contra a qual o próprio caluniado já mais de uma vez protestou com a veemência coadunada à sua compostura”.⁴⁶⁰

5.3.

Disputa econômica transformada em causa nacionalista

As palavras do escritor português ajudam a compreender um momento no qual disputas econômicas eram convertidas em perseguições aos portugueses que, por sua vez, em terra alheia, muitas vezes exerciam uma “intervenção perturbadora na vida privada e política do país”. Na opinião de Dias, os brasileiros transformavam a luta por empregos e pela sobrevivência e a concorrência econômica em causa nacionalista. Vendo na presença portuguesa a origem de suas dificuldades, faziam dela o argumento de que necessitavam para justificar o antilusitanismo. Em *Relações luso-brasileiras: quimeras e realidades*, publicado em 1924, Malheiro Dias vai reforçar a importância, para o Brasil e Portugal, de se combater “equívocos arraigados” que levavam ao afastamento das repúblicas irmãs:

temos de dissipar perante o Brasil equívocos arraigados e aplicarmo-nos em restaurar perante a grande nação emancipada da América a respeitosa simpatia, devida à nação progenitora; de corrigir a nossa história de todos os erros que a desfiguram e poluem; de observar uma conduta que nos dignificam e patentear com as provas na mão que não somos, como alguns economistas fizeram crer, os beneficiários e muito menos os parasitas da riqueza que ajudamos a criar no Brasil (...). Os bens adquiridos pelos portugueses residentes no Brasil constituem riqueza brasileira, na sua grande parte transmitida a filhos brasileiros, integralmente aplicada no comércio, na indústria e na agricultura ou convertida em propriedade imobiliária e títulos da dívida pública.⁴⁶¹

Sem dúvida, vivia-se um momento de discursos contraditórios, em que se negava e ao mesmo tempo afirmava-se o conflito entre brasileiros e portugueses. Um exemplo de como muitos, aparentemente rechaçando atitudes xenófobas, argumentavam contraditoriamente a favor destas mesmas atitudes foi um artigo publicado no jornal *O Dia*, do Rio de Janeiro. Percebe-se que o autor, preocupado

⁴⁶⁰ MALHEIRO DIAS, Carlos. *Idem*, pp. 16-17.

⁴⁶¹ MALHEIRO DIAS, Carlos. “Relações luso-brasileiras: quimeras e realidades”. In: *Lusitânia: Revista de Estudos Portugueses*, fascículo 1. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional de Lisboa, janeiro de 1924, pp.193-207.

em diferenciar patriotismo de lusofobia, deixa claro o ressentimento para com os portugueses. O artigo, intitulado “Xenofobia”, deixa ver claramente a complexidade das discussões em pauta naquele período:

as manifestações nativistas que têm surgido ultimamente no Rio e em alguns pontos do país, são recebidas pelos estrangeiros – e pelos próprios nacionais que não as aprovam – com vivas demonstrações de indignação e de repugnância. (...) A verdade é que os estrangeiros, e principalmente os europeus, ensinam ao brasileiro que os hospeda os excessos e os desvios do patriotismo. Vindo para o país ganhar a sua vida e concorrer com o nacional, trazem de suas pátrias e aqui instalam com estrépito as exuberâncias de um nacionalismo agudo. (...) cantam-se saudades, forjam-se propagandas, traçam-se vastos planos de influência e predomínio da raça e da pátria, nos quais nosso país entra como campo de ação aberto e passivo. (...) é impossível que tal situação não equivalha a um estado permanente de atrito, que pode chegar às tristes explosões que se vão dando – por felicidade muito isoladas e pouco significativas diante da geral harmonia que apesar de tudo se mantém.⁴⁶²

Outro exemplo de antilusitanismo brasileiro travestido de patriotismo foi relatado em algumas reportagens publicadas no jornal operário *A Batalha*, de Lisboa. Não me deterei nas lutas operárias ocorridas ao longo da Primeira República, ou ainda no anarquismo e no movimento sindical operário,⁴⁶³ mas vale destacar um trecho do referido jornal, a fim de ilustrar como havia na imprensa portuguesa intensa “denúncia” contra o jacobinismo nacional disseminado também no seio da classe trabalhadora. O articulista comenta sobre a circulação, no Rio, de um panfleto (penso tratar-se da *Gil Blás*, cujo subtítulo era “Panfleto nacionalista”) contrário aos portugueses que ali haviam se instalado para viver e trabalhar, contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento do Brasil:

a campanha nativista no Brasil está adquirindo proporções colossais. É natural que os brasileiros se sintam um pouco despeitados por se sentirem sob a pata dos comerciantes portugueses, que ali roubam os naturais, tal qual nos roubariam aqui. Mas que rancor pode haver, porém, contra homens que para lá vão trabalhar, contribuindo com o seu esforço mal remunerado para o engrandecimento da terra? Para que os leitores avaliem quanto de acintoso e repugnante contém os ataques chauvinistas, vamos transcrever um manifesto que pessoa amiga, fugida do Brasil, fez chegar à nossas mãos:

⁴⁶² “Xenofobia”. *O Dia*, Rio de Janeiro, p. 3, 17/04/1921.

⁴⁶³ Sobre a presença do imigrante português na luta sindical e no movimento operário ver o interessante (e rico em referências bibliográficas essenciais sobre o tema) artigo de Francisco Carlos Palomanes Martinho “O imigrante português no mundo do trabalho, nos movimentos sociais e nas organizações sociais do Rio”, em LESSA, Carlos, *op. cit.*, pp. 199-239.

Brasileiros! Alerta! Eia pois, saibamos ser brasileiros! Como Jesus no Templo, expulsemos, mesmo à chibata, esses descartados vendilhões que procuram nos infamar. Estes ingratos não querem a nossa comiserção, querem chicote no lombo. Vergastemos-lhes! O Brasil deve ser dos brasileiros! Abaixo o elemento nocivo da colônia lusa! Viva o Brasil!⁴⁶⁴

É possível perceber, tanto na “carta” de Malheiro Dias, como nos artigos dos jornais *O Dia* e *A Batalha*, que os propagadores do nativismo, perseguidores de portugueses, aparentemente não faziam diferenciação entre patrões e trabalhadores, ricos e pobres. O jacobinismo era generalista, sua bandeira pregava a nacionalização por completo da pátria, ou seja, que os brasileiros predominassem economicamente, não interessando se estavam atrás dos balcões ou fossem proprietários de casas comerciais e imóveis para aluguel. Ao Brasil faltava o domínio completo do país, que a nação passasse, definitivamente, para mãos brasileiras.

Observa-se que todo o período é perpassado pela questão do predomínio econômico e também pela discussão em torno do branqueamento da nação, segundo o qual o “elemento nacional devia ser valorizado porque o embranquecimento triunfaria e paulatinamente o negro e o mestiço desapareceriam”.⁴⁶⁵ Ainda que o calor dos debates sobre a herança portuguesa e as agressões entre brasileiros e portugueses vez por outra rompessem o amaciamento de uma suposta harmonia entre os povos “irmãos”, entre o progenitor e seu filho dileto, a raça portuguesa ainda era uma importante estratégia de fortalecimento da etnia branca.

Vale igualmente lembrar que o nacionalismo dos anos 20, caracterizado pelo endurecimento de associações como a ASN, se manifestava como um movimento sindical e militante, cujo objetivo era apontar e combater os males do Brasil, entre eles a presença portuguesa na capital e sua representatividade política (principalmente por intermédio da imprensa) e econômica. Jacobino e combativo, o nacionalismo vintista atacou duramente o operariado anarquista, visto como propagador da desordem, e advogou medidas de expulsão de estrangeiros,⁴⁶⁶ a fim de que o trabalho e o capital estivessem em mãos nacionais.⁴⁶⁷

⁴⁶⁴ *A Batalha*, Lisboa, 6/4/1921.

⁴⁶⁵ RIBEIRO, Gladys Sabina. *Op. cit.*, pp. 147-162.

⁴⁶⁶ Embora o Brasil precisasse do braço estrangeiro, na construção da nação se levava em conta o fator étnico e racial. Por essa razão a Primeira República foi, segundo Rogério Luis Giampietro Bonfá, profícua na criação de leis de banimento de estrangeiros. Aprovadas em 1907, 1913 e 1921,

Observa-se, por esse viés, que os nativistas lusófilos reforçavam o estereótipo negativo do trabalhador português, visto sempre como concorrente dos nacionais (além de estar em posição vantajosa na disputa por vagas no exíguo mercado de trabalho, pelo fato de ser europeu e branco) e uma ameaça à soberania do país (quando envolvido em reivindicações trabalhistas). Já os comerciantes lusitanos, também concorrentes dos nacionais, além de sua força associativa, que irritava os nacionalistas, tinham contra eles a acusação de que exploravam a população “cobrando aluguéis extorsivos e juro alucinantes sobre dinheiro emprestado, bem como roubando nos pesos e medidas das vendas, fretes, botequins, quiosques e casas de pasto”.⁴⁶⁸ Em outras palavras, o português era ora o que “roubava” o emprego do nacional, ora o desordeiro anarquista, ora o mau capitalista. Segundo Gladys Ribeiro, “o antilusitanismo, neste momento, parece ter servido a uma dupla finalidade: ter advindo de disputas no mercado e, ao mesmo tempo, ter encoberto uma briga travada na esfera do alto comércio no Rio de Janeiro”.⁴⁶⁹

após grandes agitações operárias, faziam parte do projeto do estado republicano, liderado pelo poder Executivo federal, cujo objetivo era garantir a ordem e a disciplina dos trabalhadores. Para isso, os estrangeiros foram classificados em dois grupos bem definidos. No primeiro estavam os úteis para a nação, trabalhadores imigrantes (preferencialmente europeus) dispostos a exercer suas funções cordialmente. No outro se encontravam os indesejáveis, aqueles considerados nocivos ao país, tais como vadios, capoeiras, *cáfrens*, prostitutas, vândalos, mendigos e, principalmente, os envolvidos em movimentos de contestação do *status quo*, como anarquistas, grevistas e todo tipo de subversivo político. Assim, para o grupo de estrangeiros classificados como indesejáveis neste projeto estatal/elitista de manutenção da disciplina e da ordem na sociedade, os direitos assegurados pelos dispositivos legais brasileiros – como a Constituição de 1891 – não eram invioláveis, pois, ao ameaçarem a soberania e a integridade da nação, se tornavam prejudiciais e inúteis para o Brasil. Esse mecanismo acabou justificando a aprovação destas leis reguladoras das relações entre patrões e operários, servindo de base para a construção de um estado repressor e arbitrário. In: BONFÁ, Rogério Luis Giampietro. *Com lei ou sem lei: as expulsões de estrangeiros e o conflito entre o Executivo e o Judiciário na Primeira República*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s. n.], 2008. Na dissertação Bonfá destaca como leituras importantes sobre o tema MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; BATALHA, C. *Xenofobia e Identidade Nacional na Classe Operária Brasileira*. Texto apresentado no XVIII Congresso Internacional da LASA. Atlanta, Geórgia, março de 1994; MENEZES, Lená Medeiros de. *Os Indesejáveis: desclassificados da modernidade – protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1996 e PINHEIRO, P. S. *Estratégias da Ilusão: A Revolução Mundial e o Brasil 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁴⁶⁷ Sobre questão operária ver GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

⁴⁶⁸ CHALHOUB, Sidney, *op. cit.*, apud FLORENTINI, Manolo, MACHADO, Cacilda. “Imigração portuguesa e miscigenação no Brasil nos séculos XIX e XX: um ensaio”. In: LESSA, Carlos, *op. cit.*, pp. 91-116.

⁴⁶⁹ RIBEIRO, Gladys Sabina. *Op. cit.*, pp. 147-162.

O debate em torno da causa nacionalista e de presença lusitana no país continuou tomando as folhas dos jornais. O mesmo *O Dia* publicou um artigo intitulado “Nacionalismo verdadeiro e falso”, no qual o articulista acusa Álvaro Bomilcar e alguns membros da Ação Social Nacionalista (não cita nomes) de “soviets”, por pregarem a reorganização da sociedade por intermédio de uma aliança entre uma aristocracia intelectual e militar e as massas populares. O jornalista sugere que tal doutrina era perniciosa para um país como o Brasil, que carecia do trabalho, tanto do pobre como do capitalista, estrangeiro ou nacional, a fim de que a riqueza do país fosse expandida. Diz ele:

o primeiro passo para a força é a riqueza, que só poderemos reunir pela cooperação do estrangeiro e pelo estreitamento das nossas relações econômicas e financeiras com outras nações. Esse é o verdadeiro nacionalismo. Felizmente, a orientação dos nacionalistas cariocas, de que é órgão enérgico e vibrante a Ação Social Nacionalista, obedece aos preceitos do bom nacionalismo, que todos os brasileiros deveriam cultivar. As divergências de opinião, que temos em alguns pontos, não nos impedem de reconhecer essa verdade, tantas vezes adulterada pelos detratores daquela organização patriótica dirigida por uma plêiade de brasileiros dignos e sinceros.⁴⁷⁰

O jornalista referia-se à entrevista que Álvaro Bomilcar concedera ao *O Dia*, publicada na véspera, 8 de julho (na primeira página, em página inteira). No texto, Bomilcar fala da importância da nacionalização por completo do país como forma de o Brasil e os brasileiros serem “arrancados da escravidão econômica”. Comenta a avaliação negativa da imprensa sobre a questão, afirmando que tal fato se dava por estar ela majoritariamente em mãos estrangeiras. Compreende a nacionalização da pesca, bem como outras iniciativas do governo de Epitácio Pessoa (nacionalização dos vendedores de estampilhas; emprego, nos bancos, de 50% de mão de obra brasileira; fiscalização bancária; fiscalização dos gêneros alimentícios; imposto sobre o lucro líquido), como demonstração de autonomia e liberdade, tão necessárias ao país.

Bomilcar afirma que o Brasil ainda era uma colônia portuguesa, daí a necessidade de medidas radicais que extirpassem a “terrível bomba de sucção que canaliza para a ‘Outra Banda’... 90% dos lucros líquidos da atividade comercial, dividendos de bancos e companhias”. Afirmava também que o nacionalismo defendido pela ASN e propagado na *Gil Blas* não era o mesmo pregado por Bilac,

⁴⁷⁰ “Nacionalismo verdadeiro e falso”. *O Dia*, Rio de Janeiro, p. 3, 9/7/1921.

baseado no “levantamento cívico da mocidade para o surto militar”. Na entrevista, confirma os propósitos da Ação Social Nacionalista: mudança da capital para o interior do Brasil (Planalto Central); nacionalização do comércio a retalho; nacionalização da imprensa política; nacionalização da costeira e da pesca; organização do Teatro Brasileiro. Por fim, pergunta ao repórter que o entrevistava: “Acha o senhor que são devaneios ou loucuras de jacobinos?”.⁴⁷¹

5.4.

A partida dos poveiros que recusam a naturalização forçada: A Pátria e a agressão a João do Rio

Voltando à nacionalização da pesca e à exigência da naturalização dos pescadores estrangeiros, o desfecho do episódio da naturalização deu-se com a partida dramática dos pescadores poveiros para Lisboa. Segundo Frederico Villar, eles “impunemente desfilaram de bandeiras desfraldadas, arrastando as suas tralhas, em afrontoso cortejo”⁴⁷² pela Avenida Rio Branco rumo ao cais do porto, onde embarcaram no navio que os levaria, e a seus familiares, de volta a Portugal. Villar descreveu a partida dos poveiros em seu livro:

nesse navio foram muitos “poveiros” já naturalizados e contra os quais nada havia que impedisse as suas tranqüilas atividades em nossas águas. Eram homens pacíficos, casados aqui e com vários filhos cariocas. Mas, obedecendo a ordens superiores, era preciso engrossar as fileiras dos ‘protestantes’ e sobretudo aproveitar as passagens para a terra, que o Consulado do Rio de Janeiro lhes proporcionava, sem qualquer despesa (...). Foram-se, sendo recebidos na Outra Banda como mártires da brutalidade, da injustiça e da ingratidão dos brasileiros!”⁴⁷³

A chegada dos poveiros ganhou destaque na imprensa de Lisboa. O *Século*, maior jornal da capital portuguesa, publicou em primeira página, com foto, uma extensa reportagem sobre a recepção dos pescadores, aclamados pela população por sua recusa em abdicar da nacionalidade portuguesa. Disse o jornal:

chegaram ontem 250 “poveiros” – Os pescadores preferem a fome a abandonar a sua nacionalidade – As principais ruas da cidade foram percorridas por uma vibrante manifestação.

⁴⁷¹ *O Dia*, Rio de Janeiro, 8/7/1921.

⁴⁷² VILLAR, Frederico. *Op. cit.*, p. 221.

⁴⁷³ *Idem*, p. 167.

A maioria da imprensa carioca, com o jornalista sr. João do Rio à frente, tem censurado asperamente o governo federal pela sua intransigente atitude e o movimento nativista. Cada expatriado recebeu, antes da partida, 10\$00, e, no momento do embarque, 20\$00, tendo o cônsul sr Eugenio Santos Tavares, acompanhado do jornalista sr. Paulo Barreto (João do Rio), ido despedir-se deles a bordo do Samara. (...) Dos 800 poveiros que havia no Rio de Janeiro apenas 8 aceitaram a naturalização, rejeitada unanimemente numa acalorada reunião, celebrada na Associação Marítima dos Poveiros do Rio de Janeiro.⁴⁷⁴

A expatriação dos poveiros ocorreu em setembro. Em agosto havia sido eleita a primeira diretoria da Confederação Geral de Pescadores do Brasil, em assembléia que reuniu os pescadores do Distrito Federal e do Estado do Rio de Janeiro e os delegados das federações estaduais das colônias de pescadores fundadas no Norte, após a viagem do José Bonifácio àquela região. A diretoria da Confederação era composta pelos jornalistas Carlos Maul (presidente) e Francisco de Paula Machado (secretário), ambos membros da Ação Social Nacionalista. Poucos dias depois desta reunião milhares de pescadores da capital e do Estado do Rio realizaram, no Passeio Público, uma manifestação em apoio “ao comandante, oficiais, suboficiais e praças do ‘Cruzador do Bem’, prestigiando com seu entusiástico apoio a campanha pela nacionalização da pesca”.⁴⁷⁵ Nesse mesmo momento, pouco antes da partida dramática dos poveiros, chegava ao Rio de Janeiro o cruzador José Bonifácio – chamado de “Navio Redentor” e “Cruzador do Bem” por Frederico Villar em seu livro –, finda a “missão” no Norte do país.

Foi justamente no decorrer do intenso debate envolvendo os poveiros e a exacerbação de ânimos pró e contra a expatriação que João do Rio lançou, em 15 setembro de 1920, a primeira edição do jornal *A Pátria*. Segundo Raimundo de Magalhães Júnior, a ata de lançamento do jornal atribuía a Paulo Barreto o cargo de diretor-presidente e a Francisco Hugo da Luz Mosca o de diretor-gerente. O conselho foi constituído por Francisco Valadares, Aureliano Machado e Carlos Vilas-Boas, ficando Júlio Eduardo da Silva, Antônio Austregésilo e Herbert Moses como suplentes. De acordo com Magalhães Júnior, João do Rio “nesse jornal, iria voltar-se, principalmente, contra Eptácio Pessoa, que começara a impopularizar-se e, desde o início de 1920, era violentamente fustigado pelos jornais oposicionistas”.⁴⁷⁶

⁴⁷⁴ *O Século*, Lisboa, p. 1, 31/10/1920.

⁴⁷⁵ VILLAR, Frederico. *Op. cit.*, p. 144.

⁴⁷⁶ MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo de. *Op. cit.*, p. 346.

Logo nos primeiros números, o jornalista assume posição contrária à nacionalização e à obrigatoriedade da naturalização. João do Rio julgava a maneira como a lei foi executada “violenta, anárquica e antipática”⁴⁷⁷ e argumentava que a naturalização dos pescadores era uma medida injusta e lusófoba, visto não haver a mesma rejeição aos pescadores japoneses, considerados por ele muito mais perigosos para a autonomia do país do que os portugueses.

João do Rio acusava ainda o governo de promover o confisco de peixes dos portugueses que recusavam a naturalização (medida adotada pela Superintendência de Alimentação), para beneficiar a Companhia Nacional de Pesca, cujo principal acionista, Henrique Lage, era amigo pessoal de Epitácio Pessoa.⁴⁷⁸ Afirmava ainda que as colônias de pesca e as feiras livres criadas pela Superintendência (como parte do projeto de organização do serviço da pesca no Brasil), para a venda do pescado ao consumidor, em substituição à venda direta, feita pelo pescador, eram estratégias dos poderosos sindicatos, que apoiavam a nacionalização da pesca para dominar e submeter os pescadores (lembramos que os poveiros eram fortemente associados).

Para melhor avaliar a questão, o jornalista decide entrevistar o ex-ministro da Marinha, almirante Gomes Pereira (Pereira fora ministro até julho de 1919). Em edição seguinte, publica um manifesto da Associação Marítima dos Poveiros contra a naturalização obrigatória. É interessante observarmos os dois episódios. O primeiro – a entrevista – foi apontado por Frederico Villar em seu livro como o estopim que provocou extrema indignação na Marinha e, conseqüentemente, o embate físico entre o próprio Villar, suboficiais, Paulo Barreto e alguns amigos que o acompanhavam, em um restaurante no centro do Rio. O segundo, a publicação do manifesto na primeira página da *Pátria*, foi considerado por Raimundo de Magalhães Júnior como o fato que provocou a agressão sofrida por João do Rio. Vejamos as duas histórias.

Em seu livro, Frederico Villar comenta sobre a entrevista concedida pelo então ministro ao jornal *A Pátria* e a maneira como João do Rio “desvirtuou” o depoimento de Gomes Pereira, o que teria provocado intenso protesto na Marinha.

⁴⁷⁷ RIO, João do. “O caso da agressão”. *A Pátria*, Rio de Janeiro, p. 1, 4/10/1920.

⁴⁷⁸ RIO, João do. “Dulpho Pinheiro Machado – Superintendência de Desalimentação”. *A Pátria*, Rio de Janeiro, p. 2, 27/12/1920.

A entrevista foi publicada em 1º/10/1920 e trazia como fala conclusiva de Gomes Pereira, grifada pelo jornal, o seguinte:

a pesca deve ser nacionalizada (...) para defesa militar, sem perseguições nem injustiças; os barcos de pesca (...) nessas ocasiões são utilizados como auxiliares da defesa naval; foi prevendo essa eventualidade que se cuidou da nacionalização dos barcos e dos pescadores – mas sem intuítos de prejudicar ou de ferir os direitos de quem quer que fosse; se há exorbitâncias de autoridade, elas podem e devem ser coibidas quanto antes; quando ia por em execução a lei, pretendia atender à defesa dos direitos dos pescadores; assim, entendido, se houvesse restrições a fazer na lei, elas deveriam aproveitar aos portugueses, cujas afinidades étnicas e históricas conosco são elementos preponderantes para as autorizarem. Com os japoneses é que não devemos ter a menor contemplação, porque eles não têm a mínima noção de pátria alheia e são perigosos fatores de espionagem.⁴⁷⁹

Segundo Villar, após a publicação da entrevista, o almirante Gomes Pereira, temendo represálias a João do Rio por conta do “desvirtuamento” das palavras dele pelo jornal, dobrou a guarda do Arsenal da Marinha, onde desembarcaram os oficiais do José Bonifácio, a fim de impedi-los de qualquer agressão pessoal a João do Rio, ou um ataque ao jornal *A Pátria*. No entanto, quando um grupo de oficiais, do qual fazia parte Frederico Villar, foi surpreendido no restaurante Brahma, no centro do Rio, por João do Rio, Diniz Junior (poeta e jornalista catarinense, redator de *A Pátria* e amigo pessoal de João do Rio) e outros, que adentraram o lugar “em atitude que lhes pareceu hostil”,⁴⁸⁰ o restaurante virou palco de xingamentos e agressões.

“Tomando semelhante fato como uma atrevida provocação e ainda cheios de ressentimento pelas ofensas recebidas, os oficiais imediatamente revidaram, travando-se então um grande conflito, que terminou, sem maiores conseqüências”.

⁴⁸¹ O fato foi a suposta “ofensiva” de João do Rio e de seu grupo a Villar e seus amigos. Segundo Villar, a “séria e prolongada bagarre” foi interrompida após a intervenção do comandante do Batalhão Naval e da Polícia Civil. O epílogo do episódio, de acordo com o depoimento do comandante, deu-se com o envio de um telegrama de João do Rio a Eritácio Pessoa, em que o repórter relata, “a seu modo”, a agressão, presenciada por Antônio Torres e outros jornalistas, que tomaram a defesa do comandante do cruzador. “As autoridade navais mandaram

⁴⁷⁹ *A Pátria*, Rio de Janeiro, nº 17, p. 1, 1º/10/1920.

⁴⁸⁰ VILLAR, Frederico. *Op. cit.*, p. 223.

⁴⁸¹ *Idem, ibidem*.

abrir um rigoroso inquérito. Lealmente tudo dissemos. João do Rio, porém, fez-nos uma grande surpresa com o seu curioso depoimento: Não nos acusou! Portou-se, mesmo, com muita elegância. O caso foi encerrado”. E completou: “e o cruzador José Bonifácio prosseguiu, sem maiores embaraços, para a sua gloriosa tarefa nas águas do Sul...”.⁴⁸² A este episódio Frederico Villar dedicou um capítulo do livro, intitulado “O conflito da Brahma”.

Como já afirmado, de acordo com a biografia de João do Rio escrita por Raimundo de Magalhães Júnior o episódio envolvendo Frederico Villar, suboficiais da Marinha e João do Rio deu-se em decorrência da publicação, em *A Pátria*, do manifesto da Associação Marítima dos Poveiros contra a naturalização obrigatória e em favor da decisão dos poveiros de não renegar a pátria. A nota foi publicada na edição de 3/10/1920 e assinada pelo presidente da associação César Pereira Marques. Nela, os pescadores declaravam renunciar ao exercício da pesca a partir daquela data:

não quiseram os pescadores portugueses senão guardar a Pátria em que nasceram sem sacrificar o pão de seus filhos e sem afrontar as autoridades navais, a quem sempre prestaram obediência; e assim julgavam que, depois de arvorarem nos seus barcos a bandeira brasileira e terem convidado os seus camaradas brasileiros para trabalharem com eles nas suas embarcações, seria consentido aos pescadores portugueses matriculados, continuarem em terra tão generosa o exercício da sua dura profissão.⁴⁸³

Na mesma página, o jornal de João do Rio publicou, ao lado do manifesto da associação, uma reportagem em que acusa “o pessoal do comandante Villar” de assaltar uma embarcação poveira, expulsar os pescadores e arrecadar o pescado ali encontrado. A mesma reportagem alertava para a falta de peixe no mercado, em função da apreensão das embarcações, e ressaltava que o alimento seria substituído pelo pescado dos japoneses, proveniente de Cabo Frio. Segundo Magalhães Júnior, foi por causa da publicação do manifesto dos poveiros e da reportagem de João do Rio que Frederico decidiu desembarcar do cruzador com um grupo de jovens oficiais, a fim de tomar satisfação de João do Rio pelo apoio dele aos pescadores.

⁴⁸² VILLAR, Frederico. *Op. cit.*, p. 223.

⁴⁸³ MARQUES, César Pereira. “Manifesto da Associação Marítima dos Poveiros”. *A Pátria*, Rio de Janeiro, nº 19, 3/10/1920.

o manifesto anunciava que eles tinham ‘resolvido recolher suas redes e atracar os seus barcos’. Estavam decididos a regressar a Portugal e, ‘na hora próxima da partida’, agradeciam de todo o coração à imprensa que os tinha apoiado. ‘E a sua última palavra era de saudade’. A exploração sentimental do caso dos poveiros chegava então ao paroxismo, para revolta dos elementos nacionalistas mais exaltados. Frederico Villar considerara aquilo um desafio. Isso não poderia ficar assim.⁴⁸⁴

O grupo comandado por Villar rumou então para a redação de *A Pátria*, no Largo da Carioca 8. Lá não encontrando o diretor do jornal, partiu para onde poderiam abordá-lo, o restaurante Brahma, onde costumava fazer refeições. “João do Rio ali comia a grandes garfadas, de cabeça baixa e, de repente, viu-se cercado de homens fardados. Poucas palavras foram trocadas”, afirma o biógrafo. Continua Magalhães Júnior: “A uma interpelação violenta, pode ter dado uma resposta também violenta. Ou apenas calara. O fato é que uma chuva de bancadas desabou sobre ele. Tudo foi rápido. Quando os atacantes saíram, João do Rio estava por terra”.⁴⁸⁵

Vejamos agora o depoimento de João do Rio no jornal. A reportagem “O caso da agressão” foi publicada em 4 de outubro de 1920. Nota-se que o jornalista conta que foi abordado pelos oficiais quando entrava no restaurante, e não quando fazia a refeição. Também não fala diretamente em agressão física, mas que Villar armara um escândalo. No texto, João do Rio alega que em 18 dias de existência *A Pátria* publicou quatro artigos em defesa da Marinha. Afirma que Villar fazia cumprir uma lei, mas desorganizava a pesca e perseguia os pescadores portugueses. Ressalta que o caso da “Brahma” era uma prova do destempero do comandante do cruzador e da mentalidade que presidia a “campanha” pela nacionalização da pesca. Disse contar com a simpatia e a amizade da Marinha, “mas o sr. F. Villar, nas suas permanentes crises de cólera a bordo do ‘José Bonifácio’, mandava-me prevenir pelos pobres pescadores a quem defendo que um dia empastelaria este jornal”. Continua:

mas o sr. Villar, vendo-me ontem entrar num restaurante, o sr. Villar fardado e batendo nos galões, o sr. Villar a quem eu não conhecia pessoalmente, veio para mim de punho fechado, acompanhado de um troço de camaradas, armando um rolo e um escândalo formidáveis. Por quê? Porque eu, mantendo durante 15 dias uma campanha sincera, argumentava tratando sempre o sr. Villar com as palavras mais corretas, pois ainda no número de anteontem, no número em que se fazia

⁴⁸⁴ MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo de. *Op. cit.*, p. 363.

⁴⁸⁵ *Idem, ibidem.*

um hino à Marinha, chamava esse oficial de distinto! O que queria o sr. F. Villar? Armar o escândalo, aterrorizar? Mas aqui, no Rio de Janeiro, capital do Brasil, porque um jornal discorda da execução violenta, anárquica, antipática de uma lei, o executor dela farda-se com uma farda de tradições gloriosas e vem para a rua querer atacar a braço o jornalista que com ele não concorda?⁴⁸⁶

Percebe-se que João do Rio não era contrário à lei, mas considerava que estava sendo levada a cabo de modo equivocado, uma vez que exigia a naturalização de pescadores. Alegava que Villar partiu para cima dele de punho cerrado e que, em “meeting”, instigou o seu linchamento. Considerava absurda a afronta e o desrespeito a um brasileiro condecorado em outros países com honras de embaixador; um homem com 20 anos de profissão e milhares de leitores em todo o Brasil, que nele viam um defensor da liberdade do país e das causas de interesse da nação. Enfim, que fora atacado por censurar uma medida que forçava pobres pescadores portugueses à naturalização, “quando se fazem professores de pesca os japoneses”.⁴⁸⁷ Dias depois afirmaria, em artigo não assinado, que só o delírio xenófobo poderia ver um perigo no poveiro, uma figura tradicional de nossas águas. Achava a expulsão dos poveiros uma perda, um equivocado frenesi contra a concorrência econômica, que não deveria existir, pois o Brasil precisava de gente para o trabalho.

Vale lembrar que desde o lançamento de *A Pátria* João do Rio atacou veementemente o governo de Epitácio Pessoa, por inúmeras razões. Segundo Raimundo de Magalhães Júnior, a mágoa pela negativa de Epitácio à nomeação do cronista como embaixador do Brasil em Lisboa seria um dos principais motivos. Mas a nacionalização da pesca e a extradição dos poveiros tornou-se a principal razão do racha com o governo e dos artigos publicados na coluna Bilhete, por meio da qual se reportava “a diferentes destinatários, ora amigos, ora inimigos”.⁴⁸⁸

De acordo com Magalhães Júnior, o artigo sobre a agressão sofrida no Brahma, o manifesto dos poveiros e outras matérias foram lidas no dia seguinte à publicação do “bilhete” de João do Rio (“O caso da agressão”) pelo deputado Maurício de Lacerda, na tribuna da Câmara. Na mesma sessão, outros deputados discursaram em apoio a João do Rio e atacaram Villar (Francisco Valadares,

⁴⁸⁶ RIO, João do. “O caso da agressão”. *A Pátria*, Rio de Janeiro, p. 1, 4/10/1920.

⁴⁸⁷ *Idem, ibidem*.

⁴⁸⁸ MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo de. *Op. cit.*, p. 354.

Nicanor do Nascimento, Álvaro Batista e Dorval Porto). *O Paiz* criticou os oficiais da Marinha, como também *A Noite*. Rui Barbosa e Monteiro Lobato, a quem João do Rio dedicou um “bilhete” em agradecimento, apoiaram o cronista agredido publicamente.

Dias depois, o Senado português aprovou um voto de solidariedade ao brasileiro, que respondeu em outro “bilhete”: “estas linhas são apenas o desejo de acentuar bem os sentimentos brasileiros pelo vosso país. Quem uma vez esteve em Portugal encontra carinho tão alto e tão desinteressado pelo Brasil que não pode deixar de vos considerar irmãos queridos”,⁴⁸⁹ escreveu João do Rio aos senadores lusitanos.

Em outra edição de *A Pátria*, João do Rio comenta sobre uma notícia publicada em *A Noite*, segundo a qual o chefe de polícia Geminiano da Franca preparava uma agressão a ele e ao deputado Maurício de Lacerda. Lacerda (assim como Nicanor Nascimento) também apoiava os poveiros e sustentava que eram “naturalizados tácitos, nos termos da Constituição, por serem casados com brasileiras, ou pais de brasileiros, e por terem bens no país”.⁴⁹⁰ No texto, João do Rio chama ironicamente Geminiano de “Chefe vermelho” e “Cara pálida”, “Cara de Velho”, se dirige ao mesmo tratando-o por “vosmecê” e acusa o policial de tentar liquidar simultaneamente com “a Câmara e o Jornalismo”.⁴⁹¹

Do lançamento do jornal à morte súbita de João do Rio, em 21 de junho de 1921, somamos quase 60 artigos publicados na coluna Bilhete em defesa dos portugueses e contra os nacionalistas xenófobos. Chama de jacobinos os membros da ASN, e não titubeia em criticar o governo de Epitácio Pessoa, o qual também acusa de jacobinismo. Dirige “bilhetes” a Affonso Celso e a Alcebíades Delamare; ao “despeito” (reportando-se àqueles que o atacavam); critica os nacionalistas por rechaçarem a herança portuguesa; defende tenazmente os pescadores, os imigrantes e os escritores portugueses; combate a imigração japonesa (“o japonês é insidioso, de penetração pacífica”) e norte-americana (o americano “compra tudo e fica com tudo”) e apóia a imigração portuguesa, por vê-la como estratégia de manutenção da raça, da língua e de “domínio sul-

⁴⁸⁹ RIO, João do. “Ao Senado português”. “Bilhete”. *A Pátria*, Rio de Janeiro, p. 2, 23/10/1920.

⁴⁹⁰ MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo de. *Op. cit.*, p. 354.

⁴⁹¹ RIO, João do. “Desembargador Geminiano”. “Bilhete”. *A Pátria*, Rio de Janeiro, p. 2, 16/10/1920.

atlântico”.⁴⁹² Em “bilhete” firme e audaz contra Epiácio Pessoa e os jacobinos, invoca a Bandeira Nacional e condena o nativismo:

na Prefeitura, o Presidente procurou o teu dia para se estrear novamente no meeting reacionário, acusando os que lhe apontam os erros, com os efeitos dos oradores de província inseguros de argumentos, de corvejar em torno da carniça de um país que ele quer reservar para os amigos íntimos, e carniça que é a sua administração confusa.

Nas ruas espalhavam boletins, mandados fazer pela verba secreta da polícia, ameaçando aquelas casas que a teu lado, ó Bandeira de amor fraterno, ousassem hastear outras bandeiras de nações irmãs e amigas, querendo reduzir o Brasil de 1920 à intolerância boxer da China, minutos depois de se armar com o crédito ilimitado um pelotão de patetas de palácio atrás do rei Alberto e de ondular mais de mês em todo o Rio a bandeira belga.

E para mostrar a grandeza incomensurável da pátria que tu simbolizas, ó pendão auriverde, arrancara à força regatas de pescadores das ilhas e fizeram a apoteosa da traição.⁴⁹³

Vejamos outro sensato “bilhete” dirigido ao prefeito do Rio, Carlos Sampaio. No artigo, João do Rio denuncia a inconstitucionalidade da circular que ordenava o emprego de brasileiros natos nas escolas municipais do Rio. Segundo o jornalista, a medida, jacobina, era fruto da irresponsabilidade e de uma “maluqueira galopante” que tomara o Executivo. Alegava que a Constituição permitia que o estrangeiro naturalizado se candidatasse a todo tipo de emprego no país, só não podendo concorrer à presidência da República. Não poupa Epiácio, Frederico Villar e afirma, nas entrelinhas, que os japoneses se naturalizavam com facilidade para infiltrar-se na economia interna e nela exercer influência e poder sobre os brasileiros.⁴⁹⁴ Por fim, sugere que o destinatário do “bilhete”, Carlos Sampaio, evite a medida inconstitucional proposta pelo governo da República:

há tempos apareceu uma circular determinando que nas escolas se fizesse um inquérito: quais os empregados estrangeiros. Vê-se bem, meu caro Prefeito, que quando os inspetores foram ver quais os estrangeiros, como mandava a primeira circular, tinham compreendido o ideal do sr. Villar na defesa das costas e o tino japonês, isto é, já se haviam legalmente naturalizado, como as sras. Teru Kumakê e Toki Kumakê. À resposta de que só havia brasileiros, o Catete e as influências eleitorais notaram a necessidade de só deixar varrer a escola um senhor nascido no Brasil. Enquanto esperamos o dia de coisa ainda mais radical, não acho mal nem quero discutir que Carlos Sampaio mande despedir de modestos empregos

⁴⁹² RIO, João do. “Z, homem de bom senso”. “Bilhete”. *A Pátria*, Rio de Janeiro, p. 2, 15/12/1920.

⁴⁹³ RIO, João do. “Minha querida bandeira”. “Bilhete”. *A Pátria*, Rio de Janeiro, p. 2, 20/11/1920. A visita do rei belga ao Rio mereceu diversas homenagens do governo de Epiácio Pessoa.

⁴⁹⁴ Há vários artigos na *Pátria* denunciando “o perigo” japonês.

homens que até então se têm portado bem, apenas porque eles tiveram a sorte de não nascer, como o dr. Epitácio, no Norte.⁴⁹⁵

Em outro “bilhete”, desta vez curiosamente destinado ao barco norte-americano Ossineki, que empregava cem por cento de mão de obra brasileira, critica mais uma vez a naturalização obrigatória de pescadores portugueses. Segundo ele, quando o barco atracou no porto do Rio, os marinheiros a bordo falaram com orgulho aos repórteres: “o casco é yankee mas vibra aqui a alma brasileira! Tudo isso, sem que os Estados Unidos obrigassem os brasileiros a se dizerem yankees, sem que os americanos recusassem trabalho aos brasileiros dignos sem prévia carta de mudança de pátria”.⁴⁹⁶

Na edição do dia seguinte, dirige o “bilhete” a um fiscal de bancos. No artigo, protesta contra a decisão do Executivo de obrigar cada banco a ter pelo menos um terço de empregados brasileiros, quando estes já empregavam mais de cinquenta por cento de brasileiros. Nesta mesma linha de atuação, em outro “bilhete” duro e incisivo contra Epitácio e sua “tribo”, vai acusar o governo de fazer acordos para empréstimos com a empresa norte-americana Imbrie & Co., em Santa Catarina, enquanto os comerciantes portugueses eram perseguidos:

Imbrie & Co. só dão o “seu” dinheiro para obras, com a condição dessas obras serem contratadas com a Imbrie & Co. ou seus prepostos. De um momento para outro, Imbrie & Co., querendo governar Santa Catarina como a sua fazenda. Qual não é, porém, o meu espanto ao saber que o governo federal, o próprio dr. Epitácio, esteve ou está a entrar em combinações com Imbrie & Co. para o empréstimo ao Brasil! (...) Vejo apenas insultos aos portugueses e àqueles que os defendem por patriotismo, por amor à sua pátria, sem luxo, sem automóveis, sem crimes de venda do seu país ou da sua consciência.⁴⁹⁷

Em outro artigo publicado em *A Pátria* e dirigido ao ex-diplomata português Belfort Ramos ataca a maledicência dos que insinuavam e mesmo o acusavam de apoiar os portugueses motivado por interesses financeiros pessoais, e de ser um cavador de oportunidades que beneficiassem o seu jornal. No texto, confirma também o que já havia afirmado Carlos Malheiro Dias: os jacobinos eram incentivados e patrocinados por comerciantes brasileiros prejudicados pela concorrência:

⁴⁹⁵ RIO, João do. “Carlos Sampaio – na Prefeitura”. “Bilhete”. *A Pátria*, Rio de Janeiro, p. 2, 18/1/1921.

⁴⁹⁶ RIO, João do. “Ao barco Ossineki”. “Bilhete”. *A Pátria*, Rio de Janeiro, p. 2, 26/1/1921.

⁴⁹⁷ RIO, João do. “Imbrie & Co.”. “Bilhete”. *A Pátria*, Rio de Janeiro, p. 2, 2/12/1920.

nenhum desses sujeitos imagina que se possa fazer um jornal com convicções; nenhum imagina que há um banqueiro certo – o público – quando compreende a honestidade dos que trabalham. E que fez a Pátria de extraordinário para tanta cólera? É a edição diária de pensamentos e sentimentos meus, publicados já em livros; é o desejo do Brasil grande, igual à maiores nações. Mas é preciso denegrir, insultar, infamar, mentir. Alguns dos escribas são pagos pelos prejudicados capitalistas ou pelos maus brasileiros.⁴⁹⁸

Enquanto se desenrolavam tais episódios e João do Rio ia diariamente escrevendo “bilhetes” contra a onda nativista e lusófoba, Epitácio Pessoa profere um discurso na Praia Formosa, no Espírito Santo, no qual fala de jornalistas “vendidos”, referindo-se indiretamente a Paulo Barreto.⁴⁹⁹ De fato, as críticas aos nacionalistas exaltados, perseguidores de portugueses, e o esforço pela aproximação luso-brasileira lançavam sobre João do Rio a suspeita de que aceitava ajuda financeira da colônia portuguesa.

Por sua vez, a sobrevivência de *A Pátria* tornara-se um grande desafio para ele, por tratar-se de um jornal recém-inaugurado e de oposição ao governo central. Em carta ao amigo João de Barros escrita no Rio em 3 de fevereiro de 1921, desabafa sobre as dificuldades para manter o jornal: “esse colossal esforço patriótico traz-me a ruína e a agonia. Com o papel a dois mil réis a bolina podes imaginar o prejuízo diário q. a grande tiragem me dá. Não durmo com a preocupação de arranjar dinheiro. Já hipotequei as casas. Tudo a pedir”.⁵⁰⁰ Nota-se neste pequeno trecho da carta a agonia do jornalista para sustentar o jornal visivelmente com recursos próprios, ao contrário do que seus adversários diziam. Para extirpar as suspeitas, não titubeia em negar qualquer relação de dependência com a colônia e para isso escreve em *A Pátria* um bilhete corajoso contra Epitácio Pessoa (a quem chama de Catão do Catete), em referência ao discurso do chefe do Executivo na Praia Formosa:

mas o que me parece demasiado é o sr. Epitácio, falando como chefe da nação, vir para o barracão da Praia Formosa, discursar num “meeting”, arranjado pelos jacobinos, dizer entre banalidades de retórico da roça, inverdade e calúnias. O sr. disse que há estrangeiros mantendo jornais para atacar o sr. Epitácio. É preciso provar. O sr. disse que há brasileiros assalariados por estrangeiros para fazer mal ao Brasil em jornais. (...) É preciso provar quem são eles para que os brasileiros corem não só de os tolerar como de um presidente que faz “meetings” em vez de

⁴⁹⁸ RIO, João do. “Sr. Belfort Ramos”. “Bilhete”. *A Pátria*, Rio de Janeiro, p. 2, 25/10/1920.

⁴⁹⁹ MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo de. *Op. cit.*, p. 374.

⁵⁰⁰ A seguir, citaremos a carta na íntegra.

mandar castigá-los, e que vai contra uma colônia inteira sem explicar as causas dos seus ódios.⁵⁰¹

O repúdio às insinuações de Epitácio de que seria um “vendido” à colônia se confirma se observarmos a composição acionária do periódico. De acordo com Magalhães Júnior, João do Rio de fato contou com alguma contribuição de banqueiros e comerciantes portugueses, italianos e espanhóis. Contudo, majoritariamente, *A Pátria* foi viabilizada com suas próprias economias e também com o apoio financeiro de literatos brasileiros. Segundo o biógrafo, João do Rio levantou quase a quarta parte do dinheiro com o Banco Francês e Italiano para a América do Sul, a Banca Italiana di Sconto e o Banco Nacional Ultramarino. Donos de publicações ilustradas e editores brasileiros subscreveram ações. “Os portugueses de grande fortuna se encolheram, contribuindo com quantias quase ridículas. Os industriais italianos também se encolheram. O maior subscritor era o próprio João do Rio, com setecentos e cinquenta ações”.⁵⁰²

5.5.

A oposição de *A Pátria*: a angústia de João do Rio e o desabafo ao amigo

Na mesma carta a João de Barros escrita em fevereiro de 1921, Paulo lamenta as acusações, deixando claro que não dependia da colônia para manter o jornal: “Apesar do êxito retumbante, é o êxito catastrófico, porque os viscondes da colônia, o Banco da Financial e outros não só não me dão, como nem letras me aceitam. E dizer q. eu presto a esses malandros um serviço q. nem vendido eles me pagariam”. E completa, referindo-se à defesa que fazia dos portugueses: “eu os salvei no momento em q. nem à rua poderiam vir!”. Vejamos a íntegra da carta:

Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1921

Meu caro João.

Tive esta semana de fevereiro dois prazeres: recebi duas cartas tuas. Não sei o q. isso é mas decididamente como nos segundos atos das peças q. se prezam: - amo-te!

Cada vez mais. É escandaloso. E verdadeiro.

Como debes ter visto – arreberto de trabalho. Adeus arte! Servo da gleba, jornalista, arte de jornal é q. tem de ser.

⁵⁰¹ RIO, João do. “Sr. Epitácio – no Catete”. “Bilhete”. *A Pátria*, Rio de Janeiro, p. 2, 4/5/1921.

⁵⁰² MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo de. *Op. cit.*, p. 346.

A Pátria é o maior êxito jornalístico do Brasil em todos os tempos, Circulação formidável (maior q. a do Correio da Manhã) autoridade, [.], autora já de duas ou três greves.

Como previa – a campanha contra o jacobinismo chegou a tempo.

Tenho neutralizado [...] tudo e estabelecido o desvairo nas hostes desses patetas. Partindo o Affonso Celso – a pilhéria dos malandros e dos magotes [...] murchará.

Mas esse colossal esforço patriótico traz-me a ruína e a agonia. Com o papel a dois mil réis a bolina podes imaginar o prejuízo diário q. a grande tiragem me dá. Não durmo com a preocupação de arranjar dinheiro. Já hipotequei as casas. Tudo a pedir.

Apesar do êxito retumbante, é o êxito catastrófico, porque os viscondes da colônia, o Banco da Financial, e outros não só não me dão, como nem letras me aceitam.

E dizer q. eu presto a esses malandros um serviço q. nem vendidos eles me pagariam, q. eu os salvei no momento em q. nem à rua poderiam vir!

Recorri a telegramas para arrelhar-te: porque o nosso jacobino [...] Eugenio fez questão q. eu te falasse, pois eras muito ouvido e atendido. Como agora veio-lhe o [...].

Espero uma grossa soma d’aí. É a esperança. Se recebesse 150 contos salvar-me-ia com stock de papel até maio e então não precisaria de mais nada, tendo estabelecido o equilíbrio.

Porque no futuro Parlamento, o jornal da situação tem de ser A Pátria.

Conto contigo e não te mando títulos porque ficaria desfalcado nas assembléias e sem maioria são capazes de me tomar o jornal q. tem meus 200 contos.

Só se essa gente aceitar recibos dos títulos em meu poder – o q. me parece fantasia.

O Sergio q. fundou aqui a Renascença está evitando muitos brasileiros. Tem me mandado livros e a Águia. Lá encontrei uma agressão idiota a ti. Mas decididamente Portugal e Brasil são muito parecidos. Porque essa gente quer resistir aí ao brilho do sol?

Escreva-me.

Conto contigo.

Beijos no Paulo.

Sinto [...] saudade da tua companhia. E amanhã fazes 24 anos!

Coração do

Paulo⁵⁰³

A carta deixa clara a oposição de *A Pátria* ao governo de Epitácio Pessoa, esforço o qual seu diretor esperava não precisar repetir quando mudasse a situação (o jornalista contava que Nilo Peçanha, a quem o jornal apoiava, ganhasse as eleições, mas faleceu antes do pleito, vencido por Arthur Bernardes). Pensamos também que o “esforço patriótico” era a defesa dos poveiros e o ataque aos jacobinos, que naquele momento combatiam fervorosamente os portugueses, com o apoio da ASN (a associação ganhara sede própria, construída por ordem de

⁵⁰³ RIO, João do, pseud. 63; 1912-1921, s. d.; Paris, Rio de Janeiro, s.l.; aut. In: *Espólio de João de Barros*. Esta carta foi escrita em papel timbrado da *Pátria*. Os conchetes são grifos nossos e referem-se a trechos que foram suprimidos por serem inteligíveis, ou porque dificultavam a compreensão do sentido de alguns comentários de João do Rio. Não compreendemos porque ele fala que João de Barros faria 24 anos, pois os dois tinham a mesma idade, ou seja, 39 anos. SARAIVA, *op. cit.*, p. 100.

Epitácio Pessoa, e tornara-se órgão de utilidade pública, como veremos na próxima carta a João de Barros). O “Banco da Financial”, que pelo visto não colaborou financeiramente com João do Rio, era a Agência Financial do Rio de Janeiro, organismo oficial português criado em 1887, e regulamentado em 1901, que canalizava para Portugal as remessas dos portugueses residentes no Brasil.⁵⁰⁴ Por sua vez, a frase “conto contigo e não te mando títulos” revela que João do Rio contou com a ajuda financeira de João de Barros para a aquisição de ações de *A Pátria*, o que confirma a importância de seu círculo da amizade para a manutenção do empreendimento, um grande esforço financeiro.

Nota-se também a insinuação de uma provável retaliação do escritor português António Sergio à colaboração brasileira na revista *A Águia*, periódico da Renascença Portuguesa, movimento cultural surgido após a proclamação da República, em 1910 (António Sergio instalou, no Rio, depósito e oficinas editoras da Renascença Portuguesa). João do Rio também comenta, com indignação, a crítica negativa de Sergio à obra do poeta João de Barros em uma das edições de *A Águia* (sua indignação se dava por considerar injusta a crítica a um literato como João de Barros, a quem tanto o Brasil e Portugal deviam pelas iniciativas em prol da aproximação fraterna entre as duas repúblicas).⁵⁰⁵ Vale ressaltar que esta importante revista luso-brasileira buscou manter vivos os laços culturais entre as duas repúblicas e nela colaboraram escritores do Brasil e de Portugal, assim como na *Atlântida*. Segundo Arnaldo Saraiva, “os intelectuais que idealizaram *A Águia* e a *Renascença Portuguesa* não se limitaram a atuações episódicas, não se contentaram com almoços, discursos, reuniões, acordos sem conseqüências”. Para Saraiva, foi essencial o papel dos intelectuais da *Renascença* e de *A Águia* na edição de centenas de livros de portugueses e brasileiros, edições estas que cobriram várias épocas e vários domínios, constituindo um excelente serviço para a aproximação luso-brasileira.⁵⁰⁶

Em carta seguinte, escrita em abril de 1921, notamos o lamento ainda mais agoniado de João do Rio ao amigo João de Barros: “Mas a m. agonia de dinheiro é fantástica. Imagina que em 31 de maio tenho um vencimento de 140 contos e a

⁵⁰⁴ Em 1924, uma lei portuguesa confia à Caixa Geral de Depósitos (banco estatal português fundado em 1876) a gerência e a administração da Agência Financial do Rio de Janeiro.

⁵⁰⁵ RIO, João do. “Sr. Antonio Sergio”. “Bilhete”. *A Pátria*, Rio de Janeiro, p. 2, 5/2/1921.

⁵⁰⁶ SARAIVA, *op. cit.*, p. 100.

31 de julho outro. Ao todo 380 contos! Onde arranjar esse dinheiro?”. E fala sobre a participação da colônia portuguesa no patrocínio do jornal (deixa mais uma vez claro que não contava com o dinheiro dos “comendadores”, portugueses proeminentes da colônia), como também sobre a relutância dos comerciantes lusos em anunciar no jornal por medo de represálias dos nacionalistas lusófbos. Reforça em seguida a importância de *A Pátria* para a aproximação luso-brasileira. “A colônia, após aqueles 70 contos iniciais – parou. Os comendadores dizem q. o governo pode vir a saber. E outro dia um colchoeiro não quis dar o anúncio – porque podia comprometer-se. Olha que a luta pela aproximação é tremenda”:

Rio de Janeiro, abril de 1921

Meu caro João.

Devia escrever-te há 30 dias. Mas tive de vir a S. Paulo cavar dinheiro (não com o governo mas com os meus amigos particulares) e aí levei quase um mês de desespero nervos por 40 contos necessários ao papel.

Os meus telegramas sobre a fábrica a q. Portugal deve são pedido dos irmãos Kouver – de Sauda [...] (...) Nós ganharíamos com isso um pouco.

Vejo nas tuas cartas aflição pelo aspecto q. toma o caso Brasil-Portugal. Mas, João, quando o Epitácio manda construir uma casa para a Ação Nacionalista, eu acho q. aí fazem [...] bem em desesperar. Apenas – não desesperam como convinha.

V. sabe o que fizeram?

Deram o Oficialato de Christo ao único deputado jacobino da Câmara – o q. apresentou a indicação para considerar a Ação, órgão de utilidade pública.

Quanto a comendas – os jacobinos tem se regalado. Espero a do Delamare.

Só as tuas são de amigos.

E ainda assim... O Hercílio por exemplo oficiou ao M. da Agricultura dizendo q. só lhe cavem imigração italiana e alemã. E pensar q. esse homem mandou chamar João de Barros para pedir imigrantes portugueses!

Escrevi ao Antonio José uma carta colocando a questão do nacionalismo ao seu verdadeiro pé. Espero que ele te tenha falado.

O meu jornal é um retumbante êxito. Jamais se viu uma coisa igual no Brasil quanto a tiragem. Vende mais que o Jornal do Brasil e o Correio.

Mas a m. agonia de dinheiro é fantástica. Imagina que em 31 de maio tenho um vencimento de 140 contos e a 31 de julho outro. Ao todo 380 contos! Onde arranjar esse dinheiro?

A colônia, após aqueles 70 contos iniciais – parou. Os comendadores dizem q. o governo pode vir a saber. E outro dia um colchoeiro não quis dar o anúncio – porque podia comprometer-se.

Olha que a luta pela aproximação é tremenda. Em um aceno [...] estou quase branco. Levei uma rodada feroz.

Esta carta é desalinhavada. Estou fadigadíssimo. Manda dizer se tem recebido os meus telegramas. Recordo-me de que a 8 d’abril faz um ano que tive a felicidade de te ter cá. Uma pena não termos dinheiro para vivermos juntos a passear! Realizaríamos os dois uma estupenda obra de Beleza e de Fé.

Beija o Paulinho.

Do velho Paulo.⁵⁰⁷

A “cavação” de João do Rio por dinheiro para o jornal, certamente, dava-se entre os amigos que se dispunham a estender-lhe a mão, ou a indicar um caminho para que conseguisse angariar patrocínio (faltava-lha verba até para a compra de papel!). A *Pátria* sem dúvida era um sucesso de público, mas por quanto tempo manteria a venda expressiva do jornal, a fim de pagar as contas? A constante oposição era visivelmente desgastante, fatigava-lhe a mente e debilitava sua saúde. “Onde arranjar 380 contos?”, perguntava desesperadamente ao amigo. Lamentava também que os jacobinos recebessem comendas e apoio visível do Executivo, de forma a influir até na política imigratória. Revela inclusive a estreita relação que mantinha com o então presidente de Portugal, António José de Almeida (1919-1923), para quem pelo visto escreveu sobre as exacerbações antilusitanas, no Rio, dos nacionalistas jacobinos.

O curioso é que, anos antes, em 1919, João do Rio e João de Barros se empenharam pela visita de Eitácio Pessoa a Portugal, o que de fato ocorreu no mesmo ano. Em *Memórias: a intervenção de João do Rio, e também a minha na visita de Eitácio Pessoa a Portugal, em 1919*,⁵⁰⁸ João de Barros detalha a articulação de ambos, durante a viagem de João do Rio à Europa para cobrir a Conferência de Paz, como correspondente do *País*, para efetivar a visita do estadista brasileiro a Lisboa. Compreendemos que este episódio reforça a idéia, para nós incontestável, de que o esforço dos dois amigos pela aproximação luso-brasileira seguiu um “roteiro” imaginário sustentado por um ideário político, iniciado com a *Atlântida* e continuado em *A Pátria*:

desejo relatar pormenorizadamente o que foi e valeu a intervenção de Paulo Barreto – e também a minha – no caso da visita oficial do Presidente Eleito do Brasil, Dr. Eitácio Pessoa, a Lisboa, em 1919. Basta lembrar que a visita da Eitácio Pessoa determinou ou provocou a ida do Presidente Antonio José de Almeida ao Rio de Janeiro, em 1922. Paulo Barreto (João do Rio) viera a Europa, em missão informativa do jornal “O País”. Trouxera-me Paulo Barreto

⁵⁰⁷ RIO, João do, pseud. 63; 1912-1921, s. d.; Paris, Rio de Janeiro, s.l.; aut. In: *Espólio de João de Barros*. As abreviações são do autor.

⁵⁰⁸ BARROS, João de. *Memórias: a intervenção de João do Rio e também a minha na visita de Eitácio Pessoa a Portugal, em 1919*. s.d.; s.l.; 10 f; aut. Documento encontrado no Espólio de João de Barros, depositado na Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa. Acreditamos ter sido escrito na década de 40, quando João de Barros procurou reabilitar a memória do amigo e salientar que foi ele o primeiro brasileiro a lutar efetivamente pela aproximação luso-brasileira. Este será o tema do próximo capítulo.

determinada quantia que “O País” me devia de colaboração atrasada. (...) resolvi ir gastar esse dinheiro num pequeno repouso em Paris. Ali se encontravam amigos meus do Brasil, na Delegação Brasileira à Conferência da Paz, presidida por Eitácio Pessoa. Paulo Barreto disse-me: “vou-te levar hoje a recepção que o ministro do Brasil oferece à Missão Militar Francesa e vais aproveitar a oportunidade para insinuar a Eitácio Pessoa que, no seu regresso à pátria, visite oficialmente Portugal. É necessário convencê-lo a ir a Portugal, para dessa maneira dar ao mundo a certeza da fraternidade luso-brasileira.”. E, sem mais demora, apresentei-lhe o alvitre de Paulo Barreto, como se fosse meu, evidentemente, acentuando bem que a presença do Presidente Eleito do Brasil (Eitácio tinha sido eleito para o alto cargo enquanto estava em Paris) seria uma honra para os portugueses. Eitácio Pessoa veio a Portugal no verão. Houve um banquete no Palácio da Ajuda, um almoço oficializado pelo governo no Palácio da Pena. Assistimos a ambas as festas, João do Rio e eu. E aqui está a história exatíssima do que ficaram devendo a João do Rio os felizes aproveitadores da idéia, ou projeto, ou aspiração que hoje apelidam de Comunidade luso-brasileira. Magnífica e justa designação, sem dúvida, mas invenção que não lhes pertence, a não ser no nome.

Vejamos outra carta de João do Rio, provavelmente escrita em 1920, em que pranteia com o amigo, mais uma vez, as dificuldades financeiras pelas quais passava, a possível venda das casas em Ipanema (uma na Vieira Souto, onde morava, e outra na Prudente de Moraes, onde residia D. Florência, sua mãe) para o pagamento de dívidas, a má administração de *A Pátria* por Francisco Mosca e o recrudescimento da campanha jacobina. Pode-se obter aí também a confirmação de que João de Barros participou financeiramente da constituição do jornal, ainda que por pouco tempo:

A minha salvação d’*A Pátria*, Eugenio⁵⁰⁹ t’o dirá: - é o q. elle imagina com o teu auxilio arranjar.

Depois que tu saístes eu arranjei, alem dos 40 contos, (digo 45 porque entrou também o Mearim,) 170 mais.

Havia despesas iniciais. Mas o Mosca louco e não entendendo de gerência e não querendo tomar gente entendida, não só me levou quase às portas da loucura, como pos fora tudo. O jornal tinha 160 contos de despesa mensal e 60 de venda avulsa como renda. Porque Mosca achava q. anúncio não se devia pedir. Isso durou 2 meses.

Imagina tu com o êxito de 40.000 exemplares de tiragem (o q. é o máximo num país em q. cada cidade tem grandes jornais) eu a liquidar uma empresa que será amanhã fortíssima.

Tenho empenhado tudo. Venderei as casas. E envelheci bem 10 anos em 2 meses. Mas recuar?

Jamais!

⁵⁰⁹ Segundo Manuela de Azevedo, Eugênio Carlos Martinez Tavares foi cônsul geral de 1ª classe de Portugal no Brasil. AZEVEDO, Manuela de. *Cartas a João de Barros*. Lisboa: Livros do Brasil, s/ data.

Agora que tenho um homem entendido na gerência, cortei despesas e irei até o fim se obtiver uns 150 contos para a obra.

Obtel-os-ia aqui, se não fosse o meu rompimento com a tribo Epitácio. Mas o procedimento d'essa gente com os portugueses era tão ondeante e falso, q. eu não podia deixar de romper.

A Pátria é o único protesto contra a onda lusófoba. Tu sabes q. isso passará, q. a ação tem reação. Mas garanto-te q. como previa, será preciso uma gritaria terrível para q. não cheguemos a desagradáveis coisas até o Centenário.

Tu és amado dos brasileiros. Pois bem: eu não teria coragem pelo bem q. te quero, de pedir q. viesses agora aqui – pois era fatal o aborrecimento.

A Pátria é uma defesa, é um baluarte. Eu apanho duchas de lama. Mas estou acostumado. Talvez ainda me dêem uma caçada. Mas isso passará e eu serei aclamado pelos agressores d'agora.

A questão é resistir, é *tenir tête*.

A colônia (conheces o caso) não tem programa, e não compreende. Mas é capital português bem colocado q. Portugal precisa defender. O ponto de vista prático do patriotismo é defender isso.

A obra diplomática do Eugenio – essa história de ter... no lugar sempre foi a verdadeira e fulminante diplomacia! – foi de grande efeito. Um embaixador menos cético seria esplêndido. Mas um jornal brasileiro é imprescindível.

Sabes bem q. para o meu interesse pessoal *A Pátria* esgota os meus nervos, e cercea-me as probabilidades, só me dá prejuízos. Para mim é mau. A começar pela finança. Sou um sujeito arruinado e endividado. Só a escrever, dando-me com todos e menos insultado, eu faria os meus 5 contos mensais.

Mas não se trata de mim nem de dinheiro. Trata-se da idéia, trata-se de não recuar, quando como Foche eu vejo a vitória em 1922, porque a mulatice do Epitácio a adiou.

E para isso preciso de auxílio, preciso do teu auxílio! Apóia aí o Eugênio q. te exporá tudo. Apóia-o e as coisas irão arriba!

Grande abraço do coração (eu ia escrever “só teu”. Era amoroso, piegas mas verdadeiro), do velho Paulo.”

As palavras de João do Rio ao amigo João de Barros são comoventes. A angústia do homem de letras e jornalista renomado – aturdido por questões financeiras e administrativas somadas às emoções provocadas pelo momento político acalorado – e a defesa de suas convicções intelectuais são reveladoras de uma coragem surpreendente. Neste documento, como também nas outras cartas a João de Barros, acreditamos estar implícita a prova de que se empenhou pela aproximação luso-brasileira e o fortalecimento da amizade fraternal entre as duas repúblicas por pura convicção pessoal e intelectual. Suas palavras falam de resistência (“eu apanho duchas de lama”), de protesto (“*A Pátria* é uma defesa, um baluarte contra a onda lusófoba”) e da falta de programa da colônia portuguesa, detentora de dinheiro empregado no Rio de Janeiro, que urgia Portugal defender. No que tange ao Brasil, em nome da praticidade (em outras palavras, sobrevivência financeira) considerava essencial a presença da colônia portuguesa em atuação na capital para o desempenho econômico do país.

As cartas também dão a entender que ele travava uma luta solitária. Percebemos que mesmo a colônia portuguesa se encolhera, receosa de protestos e retaliações. Mas João do Rio se mantinha firme, apesar de o protesto contra a onda lusófoba causar-lhe prejuízo financeiro e moral. Como ele mesmo declarou, “trata-se da idéia, trata-se de não recuar”. O problema é que a luta pela aproximação luso-brasileira e em defesa dos pescadores portugueses fomentavam a suspeita de que *A Pátria* era patrocinada pela colônia portuguesa. Um dos mais cruéis detratores do cronista, que o atacou em vários artigos na imprensa, dirigindo-lhe palavras de afronta e ofensa, foi o jornalista mineiro Antonio Torres. Vejamos este episódio.

5.6. A perseguição de Antonio Torres

Antonio Torres nasceu em Diamantina, em 1885. Ordenado padre aos 22 anos, abandonou a batina e seguiu para o Rio de Janeiro, onde se empregou em *O Paiz* como repórter e redator, em 1912. Trabalhou ainda na *Gazeta de Notícias*, em *A Notícia*, colaborou com artigos e crônicas no *Jornal do Commercio*, em *A Noite*, na *Última Hora*, em *A Crítica* e no *Correio da Manhã*. Em 1918, por intermédio de Nilo Peçanha entrou para o Itamaraty, sendo nomeado embaixador em Londres, em 1920.⁵¹⁰

Membro da ASN, Torres tinha ojeriza aos portugueses, como também a todos que defendiam a aproximação entre o Brasil e Portugal, motivo pelo qual foi implacável contra João do Rio (movido também por preconceitos de raça, apesar de ser mulato, e pelo fato de Paulo Barreto ser homossexual).⁵¹¹ Em *Verdades indiscretas* (1920), em que recolhe crônicas publicadas na imprensa, e no livro *As razões da Inconfidência* (1925) instilará todo o seu ódio aos portugueses e neles fará ataques ferinos e terríveis a João do Rio. Segundo seu biógrafo, Raul de Sá Barbosa, o ódio ao português seria explicado por diversos motivos: a cor do autor; o fato de ser natural de Minas e o trabalho nas redações de jornais do Rio,

⁵¹⁰ SÁ BARBOSA, Raul de. *Antônio Torres: uma antologia*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

⁵¹¹ *Idem.*

“submetidas àquele tempo a uma lei não escrita: falar mal de tudo menos da Igreja Católica e de Portugal”.⁵¹²

Em *Verdades indiscretas*, publicado em 1920, Antonio Torres reuniu diversas crônicas publicadas anteriormente nos jornais do Rio, dando início aos ataques a Portugal e aos portugueses. Em um deles, irônico, preconceituoso e maledicente, intitulado “O descobrimento do Brasil”, escreveu contra João do Rio, João de Barros e Carlos Malheiro Dias. No texto, afirma que antes de Pedro Álvares Cabral estiveram no Brasil Diogo de Leppe, Solís, Yáñez Pinzón e outros que, infelizmente, não tiveram a iniciativa de tomar posse da nova terra para a coroa da França ou para a coroa da Espanha. A partir dessa referência ao descobrimento, ironiza um outro tipo de “descobrimento”, aquele que, na opinião dele, os escritores portugueses, cavadores, colocavam em prática assim que chegavam ao Brasil. Ironiza em particular a conferência “Portugal maior”, de João de Barros, realizada no Rio em 1920:

descobrir o Brasil é fazer como o Dr. João de Barros, que nos conta, a respeito da nossa terra, coisas de que nunca ouvimos falar. Ainda ontem nos dizia ele, com o sibilante sotaque alfacinha, que no Rio de Janeiro “a inteligência, o talento e o gênio tomam as mais fascinantes formas”. (...) a inteligência aqui é relativa, como em toda parte; o talento é raríssimo; quanto ao gênio, ainda está por aparecer, a não ser que o Sr. Barros nos tenha trazido aí um pouco da mercadoria nalgum barrilote dovos mol’s d’Aveiro.

Em seguida, parte para o ataque a João do Rio:

não contente com isso, disse ainda o consagrado literato que no Rio de Janeiro “o mar tem o riso fresco das bocas novas das mulheres e a eterna alegria do riso álaire dos deuses pagãos”. Isto agora é asneira e grossa. Pode ser que em Lisboa esse palavreado sonoro ainda seja muito boa literatura, mas aqui no Rio, não. Mar que parece boca de mulher e riso dos deuses ao mesmo tempo, isto é mar andrógino, macho e fêmea simultaneamente, mar Ganimedes, cujos recônditos mistérios só o Dr. João do Rio nos poderá explicar...

Depois, volta-se a Carlos Malheiro Dias:

descobrir o Brasil é fazer como Malheiro Dias, que, depois de insultar-nos no seu livro *A mulata* e de ter fugido para Portugal, para cá voltou anos depois, estabeleceu-se com fábrica de unguentos e pomadas, de sociedade com uma polaca sua amiga, e toca a levar vida regalada!⁵¹³

⁵¹² *Idem*, p. 236.

⁵¹³ TORRES, Antônio. *Apud* Sá Barbosa, *op. cit.*, p. 163. “Alfacinha” é o português nascido no Norte de Portugal.

Cheio de preconceitos, de excessos nativistas e de complexos anticolonialistas, o texto de Torres deixa ver a fúria que o impelia a lamentar a descoberta do Brasil pelos portugueses, e não por franceses ou espanhóis. Em outras palavras, a questão não era o fato de sermos ou não submissos a outros povos econômica ou culturalmente, mas sim de serem portugueses aqueles que nos colonizaram e que promoviam, naquele momento, outro tipo de colonização (econômica e intelectual), que continuava ameaçando a autonomia nacional. Portugal, para ele, era sinônimo de pelourinho, força, fuzilamentos, esquartejamentos, proibição de abrir escolas, estradas, bibliotecas, etc. Diz ainda em *Verdades indiscretas*, na crônica “Vinte e um de abril”:

em 1756 (1º de agosto), começou em Minas a arrecadação do chamado *subsídio literário*, destinado a reconstruir Lisboa, devastada pelo terremoto do ano precedente. Ficou expressamente declarado que essa arrecadação seria apenas por dez anos. Pois até pouco tempo antes da nossa Independência, até o princípio do século XIX, ainda se arrecadava em Minas o subsídio literário para reconstruir Lisboa! Aí estão alguns dos motivos históricos que todos temos (principalmente nós, mineiros) para sermos amicíssimos dos nossos irmãos, os portugueses. A eles devemos tudo: a indústria, a agricultura, a instrução, o comércio, a imprensa, tudo, tudo. João de Barros e o curiboca dessorado João do Rio são desta opinião...⁵¹⁴

Não estava errado o cronista em suas palavras contra a colonização portuguesa, mas após um século de Independência o complexo anticolonialista de Torres não o permitia ir além do ressentimento e do apego ao passado. Como afirma Arnaldo Saraiva, talvez Antônio Torres se inebriasse mais em ver as indignações dos criticados em torno de seus comentários do que com o rumor dos aplausos. Em outras palavras, gostava mesmo era de descontentar. “Mas caía em contradições ao dar tanta importância àqueles a quem negava importância, (...) ele que fora marcado pela influência de Fialho de Almeida, de Camilo e de Forjaz de Sampaio”.⁵¹⁵ Prova de que tivera boas influências literárias foi a avaliação que fizeram dele muitos críticos.

Alexei Bueno, por exemplo, considerava Torres detentor de uma “prosa tremenda e insuperável”, que se levasse seus alvos na imprensa ao suicídio por enforcamento, “muitos laços deveriam ter corrido no Brasil de 1910 a 1930”,

⁵¹⁴ Idem, p. 159.

⁵¹⁵ SARAIVA, Arnaldo. *Op. cit.*, p. 85.

quando foi “o jornalista mais lido desse período complexo da vida nacional”. No dizer de Bueno, Antônio Torres,

grande jacobino, de uma lusofobia que chegava perto do delírio, foi o inimigo mais empedernido da colônia portuguesa do Rio de Janeiro, numa época em que essa colônia controlava a quase totalidade do comércio e da imprensa. Entre suas vítimas de predileção, às quais jamais prodigalizava o refrigério de uma trégua, estavam a Igreja Positivista, o culto a Benjamin Constant, João do Rio, etc. etc. Se nem sempre foi justo, foi sempre brilhante, e não é mais do que isso o que se pede, em qualquer tempo e lugar, aos grandes panfletários.⁵¹⁶

Segundo Sá Barbosa, Guimarães Rosa, em carta a ele dirigida em 1961, na qual prometia um prefácio para outra obra que o crítico preparava sobre Antônio Torres, afirma que Torres “tinha rompante, verve, muita cultura (ah, o Seminário) e uma coragem danada, meio de desespero, além de pena e estilo sem ferrugem”.

⁵¹⁷ Gilberto Freyre também teceu elogios às virtudes literárias de Torres, detentor de “uma autêntica vocação de escritor, se bem que irrealizada”. Para Freyre, talvez faltassem a Torres temas “com os quais harmonizasse seu temperamento, poder de concentração em torno desse temas, intensidade de poder criador na apresentação deles”.⁵¹⁸

Por esse viés, podemos afirmar que os textos de Antônio Torres sobre João do Rio confirmam as palavras de Gilberto Freyre: faltou ao escritor a percepção de que deveria dedicar sua verve, concentração e criatividade a temas mais ricos, ao invés de desperdiçá-los em ataques achincalhadores a um cronista tão ou mais brilhante do que ele. Talvez seu temperamento tenha-o relegado ao ostracismo póstumo e ao desconhecimento geral, o tornado “personagem largamente ignorado”, como mesmo afirmou Sá Barbosa, levando-o a destino oposto ao de cronistas contemporâneos dele, como Lima Barreto e Luís Edmundo, dentre outros.

Vejamos alguns golpes ferinos, desconcertantes, maldosos e de mau gosto que desferiu a Paulo Barreto. Em artigo intitulado “Cristo ou Crista?”, publicado em *Verdades Indiscretas*, comenta a encenação do Auto da Paixão de Cristo, na Semana Santa, e a escolha da atriz Itália Fausta para o papel de Jesus. Com ironia e alguma graça, argumenta que a escolha de uma mulher para o papel de um

⁵¹⁶ BUENO, Alexei, *apud* SÁ BARBOSA, *op. cit.*, contracapa.

⁵¹⁷ *Apud* Sá Barbosa, *op. cit.*, p. 49.

⁵¹⁸ FREYRE, Gilberto. *Região e tradição*, Rio, 1941, *apud* Sá Barbosa, pp. 28-29.

homem era no mínimo estranho, por motivos anatômicos, etc. Até esse ponto, o texto de Torres discorre com leveza e criatividade. Porém, na conclusão da crônica, volta-se para João do Rio na tentativa de instilar veneno e, talvez, de forma grotesca, levar alguns leitores ao riso. Assim conclui: “e se Vossa Excelência persistir nessas intenções, que eu reputo contrárias à natureza e ao bom senso, irei ao teatro, na Sexta-feira Santa, de gravata vermelha e barrete frígio, e farei berreiro para exigir que Madalena seja o Sr. Paulo Barreto”.⁵¹⁹

O ódio ao lusófilo e homossexual João do Rio é imensamente triste e desnecessário e fará que este, em carta aparentemente apressada a João de Barros (pelo tamanho e a concisão do texto), alerte o amigo para a ida de Antônio Torres e um grupo de brasileiros, entre eles o diretor da *Gazeta de Notícias*, Salvador Santos, a Lisboa. Sem indicação de data e endereço, supõe-se que foi escrita em 1920, no Rio, durante o acalorado debate em torno da expatriação dos poveiros. Na carta (misto de apreensão, angústia e desabafo) João do Rio, declara ao amigo que *A Pátria* arruinava-lhe a saúde e o bolso, apesar de gozar de sucesso absoluto e de ser o primeiro jornal em tiragem da capital. Nota-se uma ponta de tristeza e mesmo de desespero de João do Rio, mas também a tenacidade com que continuava defendendo a questão do poveiros e atacando o governo de Epitácio, a quem chama de “pulha”. É um texto curto, e foi-nos difícil compreender a grafia do jornalista, por isso suprimimos alguns trechos:

João

Aquele horrendo mulato chamado Antonio Torres, q. tu bem conheces, vai para a Europa [...] e a passagem foi comprada até Lisboa. Dizem-me neste momento q. o Salvador Santos da Gazeta também vai. É preciso evitar qualquer gentileza dos portugueses a essa gente q. os insulta sem razão, mas q. não trepidará em mentir aí da maneira mais cínica.

Fala aos jornais, [...] move essa amada Lisbia. Mas não convinha q. se abra bico, q. se dê guarida a esses [...].

Não te mandei dinheiro ainda (...). Logo (...) mando.

Mas, se não receberes [...] e tiveres urgência de alguma coisa – telegrafa. Mandarei o q. puder.⁵²⁰

Não tenho livro algum a publicar. A Pátria, e principalmente a loucura delirante do Mosca tomam-me o tempo todo. Esfalfam-me, arruinam-me a saúde e a algibeira. É correr para encher um saco furado. E ela vende-se tremendamente: é o 1º jornal em tiragem.

⁵¹⁹ TORRES, Antônio, *apud* SÁ BARBOSA, *op. cit.*, p. 171.

⁵²⁰ Mais uma vez queixa-se do diretor administrativo da *Pátria*, Francisco Hugo da Luz Mosca. Quanto ao dinheiro devido a João de Barros, supomos tratar-se de verba proveniente da venda de anúncios na *Atlântida*.

O jacobinismo, como eu previa, está mais ardente do que nunca, e com todas as infâmias e hipocrisias imagináveis. O Eptácio é bem um pulha. Dois dias antes de sair o jornal assegurava-me q. interviria na questão dos poveiros. E falou, o malandro: Para o sr. João do Rio ter o nome em várias ruas de Portugal!

A alegria com o q. os jornais aí dizem e com os telegramas q. recebi – [...] dissabores nacionais.

Escrevo mais amanhã.

Paulo

Quatro anos após a morte de João do Rio, Antônio Torres escreveu *As razões da Inconfidência*. O livro, fruto de uma conferência realizada na Associação dos Empregados do Comércio, em comemoração ao 21 de Abril, é um manifesto violento contra os portugueses. Reeditado três vezes, em função do sucesso alcançado, mantinha o tom da conferência que, segundo Sá Barbosa, chocou a platéia com a violência das palavras do orador. No livro, Torres deita críticas ferozes aos portugueses (principalmente pelos abusos e excessos cometidos em Minas Gerais, no período colonial), não se esquecendo de nelas incluir o desafeto – já falecido e que nunca nada lhe fizera.

A primeira edição do discurso, de três mil exemplares, impressa e colocada à venda em 20 de abril de 1925 na loja do livreiro A. J. Castilho, no centro do Rio, foi esgotada em 15 dias. E isso, segundo o autor em nota da segunda edição, datada de 5 de maio de 1925, “porque a nobre imprensa do Rio, amordaçada como vive pelo terror do português, açaimada com a focinheira do capital, não teve coragem de noticiar-lhe o aparecimento”. Ainda nesta mesma nota, insiste no ataque veemente aos jornalistas, a quem chama de “pobrezinhos famintos, que ladram noite e dia a ver se mais tarde conseguirão regalar-se com alguma migalha de bacalhau que porventura venha a cair da mesa do português”. Diz ainda que, até aquela altura, havia tratado com os patrões daquela imprensa vendida, mas que não havia tocado “a campanha para chamar os lacaios”.⁵²¹

Agrippino Grieco, em prefácio à quarta edição, afirma que *As razões da Inconfidência* é uma obra de “aparente paixão patriótica” apoiada em testemunhos históricos recolhidos nos arquivos mineiros e em documentos oficiais procedentes de autoridades lusas. O livro comprova, segundo Grieco, que nenhuma nação colonizadora, em qualquer tempo, governou as suas colônias como a Lusitânia governou Minas Gerais. Praticando sacrifícios, extorsões, degredos, incêndios e

⁵²¹ TORRES, Antônio. *As razões da Inconfidência*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1957, p.10.

matanças coletivas, os dominadores levaram toda a riqueza que estivesse a seu alcance para Portugal. “Em Minas só havia duas coisas certas: a morte e o aumento dos impostos. Portugal, de toda a formidável soma que levou daqui, em ouro e diamantes, não haja retido um só vintém, indo tudo confluir para a burra dos argentários ingleses”, afirma Grieco. E completa: “já era hora de alguém da nossa geração corrigir a inábil insistência com que os nossos irmãos de além-mar vivem chamando o Brasil de “outra banda de Portugal”, de “Portugal maior””.⁵²² Lembramos que o escritor referia-se ao livro de Alberto de Oliveira e ao título da conferência de João de Barros.

Internamente, Antônio Torres divide o livro em duas partes: a primeira, intitulada “Preâmbulo”, contém 13 artigos; a segunda, “As razões da Inconfidência”, traz a palestra realizada e apresenta, como nota introdutória, transcrição de parte da sentença de morte de Tiradentes, que a Coroa portuguesa proferiu, no Rio, em 18 de abril de 1792. Na introdução desta segunda parte, em nota de rodapé, condena os preconceitos dos portugueses para com a Companhia de Jesus, graças a qual Portugal livrou-se do jugo espanhol, em 1640. Diz Torres, em elogio sarcástico aos jesuítas: “Portugal seria espanhol até hoje (o que talvez fosse melhor, pelo menos para nós, brasileiros, que estaríamos independentes do mesmo modo e falando castelhano, idioma muito mais conhecido que o português e bastante superior ao português)”.⁵²³

O longo “Preâmbulo”, que ocupa metade do livro, traz logo de início uma justificativa do autor para a obra. Torres diz que, como o Brasil, o opúsculo foi descoberto por acaso, contudo tinha a vantagem de, ao contrário do Brasil, não ter sido por nenhum português. Atacando os jornalistas, a quem acusa de submissão ao poderio lusitano, diz que escrevia para mostrar “até que ponto chega a subserviência, até que paroxismo atinge o servilismo da imprensa do Rio quando há português em cena”.⁵²⁴ No mesmo tom, critica o brasileiro, que, embora “deteste o português”, não protesta contra a sua imprensa, que “vive a adular esse mesmíssimo português abominado por ele no seu foro íntimo” e por quem nutre um “terror quase religioso”.⁵²⁵

⁵²² GRIECO, Agrippino *apud* TORRES, *op. cit.*, pp. 15-24.

⁵²³ TORRES, *op. cit.*, p. 137.

⁵²⁴ *Idem*, p. 40.

⁵²⁵ *Idem*, p. 38.

O “Preâmbulo” ainda detratava o caráter brasileiro. Em capítulo intitulado “O horror à responsabilidade” apontará o pouco caso que, na opinião dele, o brasileiro fazia da responsabilidade, uma vez que se tratava de um povo que não protestava e, embora detestasse o português, não reagia contra a imprensa comandada pelo luso. Em capítulo seguinte, “O cruciante problema da imprensa”, afirmava que o Brasil devia ser o único país que oferecia o “repugnante espetáculo” de ter a sua imprensa “toda nas unhas de industriais estrangeiros, as mais das vezes cavalheiros de indústria com o rótulo de jornalistas”.⁵²⁶

Em outro, “O cancro português mantido pela infame” (classifica de infame a Constituição de 1891, que dava aos estrangeiros direitos iguais aos dos brasileiros), lembrará o caso dos poveiros e os esforços de Frederico Villar para nacionalizar a pesca e “arrancar os pobres pescadores brasileiros às garras infectas dos seus algozes portugueses”. Diz que “os poveiros ilustres com seus heróicos tamancos” foram recebidos em Lisboa e, depois de verem “acabado o dinheirinho que de cá levaram amarrado à ponta do lenço”, passando fome, tiveram que voltar ao Brasil “de certo maldizendo a hora em que daqui se foram e arrenegando dos magnatas seus compatriotas, os quais depois de os incitarem à rebeldia, os entregaram à própria sorte”.⁵²⁷

A ojeriza ao português vai se refletir também em capítulo dedicado a exemplos de como aquele povo era mal visto até mesmo dentro do próprio país. Para comprovar sua afirmação, cita palavras de Fialho d’Almeida: “excetuando talvez um terço de Lisboa, e um quinto ou sexto de Coimbra e Porto, o resto do país vive na coação da força retrógrada, emparedado em imundícies de gueto, bestialidades de cerdo, idolatrias de negróide, falido para toda e qualquer reação purificante”.⁵²⁸ Em capítulo seguinte, vai atacar o comerciante português e as facilidades por ele obtidas no Brasil, cuja legislação era, em sua opinião, demasiadamente liberal.

Antônio Torres chega a acusar a Constituição Federal de infâmia, como já assinalado, por tudo permitir ao estrangeiro, “o crédito, o comércio, a indústria, o varejo, tudo”. Mantendo o tom de ofensa e repúdio ao português, proclama a máxima que deveria ser ensinada em todas as escolas primárias: “se um

⁵²⁶ Idem, p. 57.

⁵²⁷ Idem, p. 83.

⁵²⁸ D’ALMEIDA, Fialho. *Apud* TORRES, *op. cit.*, pp. 72-73.

cataclisma fizer desaparecer Portugal da face do planeta, o Brasil lucrará; se, porém, um cataclisma fizer desaparecer da superfície da Terra o Brasil, Portugal morrerá à míngua”.⁵²⁹ Torres procura confirmar suas denúncias demonstrando conhecimento sobre o comércio interno (diz que o português detém 85% do comércio da capital e manda, pela Agência Financeira, todo o lucro obtido no Brasil para Portugal), o comércio exterior brasileiro e as artimanhas dos lusos para enriquecer rapidamente:

pelo que toca às nossas exportações, tal comércio, exercido por estrangeiros, tem capital interesse. O estrangeiro aqui estabelecido, em primeiro lugar, procura importar do seu país o máximo possível, ainda que no nosso existam produtos similares, não só porque dessa transação aufere maior benefício como intermediário, mas também porque, como patriota, procura invadir o nosso mercado com produtos da sua terra, fazendo a expansão econômica que lhe sugerem os seus governos. O comerciante estrangeiro, nas suas exportações, não se sente, como o nacional, tão atingido pelo dever de zelar pelo bom nome do nosso país. Como o seu fim é enriquecer depressa, é-lhe indiferente exportar produtos falhos no peso e na qualidade, daí que no estrangeiro somos (brasileiros) acoiados de comerciantes desonestos!⁵³⁰

Em capítulo intitulado “Um Carnaval macabro” vai atacar friamente João do Rio. No texto, afirma que, felizmente, estava fora da capital quando morreu Paulo Barreto; como também estava ausente quando, em 22, fizeram “viagem de cágados” os aviadores portugueses Sacadura Cabral e Gago Coutinho, voando em um aeroplano que “era um tamanco voando com asas de bacalhau”. Segundo Torres, Paulo Barreto, “foi uma das criaturas mais vis, um dos caracteres mais baixos, uma das larvas mais nojentas que eu tenho conhecido. Não tinha senso moral. Não tinham sentimentos cavalheirescos. Não tinha a menor noção de brio”. Mantém o tom agressivo, reles e desrespeitoso em todo o capítulo (transcrevemos, abaixo, um longo trecho, a fim de que fique claro o ódio inexplicável de Torres a Paulo Barreto), inclusive sobre o falecimento de Paulo, cujo enterro teria sido, para Torres, “uma jazz-bandada, que não se sabia bem se era carnaval ou enterro de Paulo Barreto”:

além de um talentozinho seco e fosforescente, o que ele possuía era uma instrução muito falha e uma grande avidez de dinheiro. Por dinheiro era capaz de cometer as máximas ignomínias. Quando redator da *Gazeta de Notícias*, Paulo Barreto, embora elogiasse Portugal nos artigos da folha, seguia a regra geral, isto é, desancava os portugueses pelas costas. Paulo Barreto, saindo da *Gazeta*, andou

⁵²⁹ Idem, p. 84.

⁵³⁰ Idem, pp. 87-88.

mourejando pelo *País*, até que resolveu fundar um jornal seu. Como? Explorando a colônia portuguesa. Adulando os lusitanos em artigos sucessivos. Rojando-se aos pés de tudo quanto era mercador português. Lambendo todo tamanco que topava. Ao mesmo tempo, ataques ao governo brasileiro, coisa que sempre agrada à portuguesada, porque a colônia portuguesa no Brasil é um elemento anárquico, é inimigo nato, permanente, de todo e qualquer governo nacional. Ora, uma bela noite estoura Paulo Barreto dentro de um táxi. Paulo passou a ser um super-homem. Pudera não! Pois se era prestigiado pela portuguesada! Hurrah! Pela imprensa independente! O certo é que o enterro de Paulo foi enorme. Os motoristas portugueses deram automóvel de graça a quem quisesse acompanhar o cadáver. (...) o acompanhamento foi maior do que o de Rui Barbosa e de Rio Branco! Certo amigo meu ouviu dizer a um portuga que o enterro de Paulo era uma “manifestação de força”. E era. É esta a idéia dominante do português que vive no Brasil. Fracos no seu país, desmoralizados perante o mundo, incapazes de governar e valorizar as suas próprias colônias, os portugueses, à sombra da liberalidade criminosa das nossas leis, têm no Brasil a mania de manifestar força!

531

Expressões como “lambendo tamanco”, “rojando-se a tudo quanto era mercador português”, “prestigiado pela portuguesada” são de mau tom. O tratamento que dá à morte do jornalista e colega de profissão, indubitavelmente famoso e aclamado pelo público, é também de extrema agressividade: “uma bela noite estoura Paulo Barreto dentro de um táxi”. Em um mesmo balaio, Torres colocava seus complexos anticolonialistas e João do Rio, que, diferentemente do mineiro, via com bons olhos a aproximação entre Portugal e o Brasil e não rechaçava a herança cultural portuguesa.

Além de Paulo Barreto, em outros artigos do livro, em tom acusatório e agressivo, Antônio Torres desabona, sucessivamente, todos os portugueses, fazendo tábua rasa de um povo pobre que, independentemente de qualquer discussão em torno da colonização, escolhera o Brasil para viver e aqui fincara raízes. João do Rio, por sua vez, em seu último ano de vida, em “bilhetes” sempre lúcidos e de intenso combate a todo tipo de radicalismo e intransigência contra os portugueses (nunca dirigiu um único “bilhete” a Antônio Torres, apesar dos ataques do agressor), via seus bens e saúde serem dilapidados pela “campanha” solitária que conduzia contra o nativismo, como ele mesmo salientou em uma de suas cartas a João de Barros e em várias edições de *A Pátria* (que circulou até a década de 30). Na coluna Bilhete publicada em 25 de abril de 1921, pouco menos de dois meses antes de sua morte, em 23 de junho, dirige um de seus últimos bilhetes a “X- português”, negando ser um porta-voz dos ricos da colônia, como

⁵³¹ Idem, pp. 47-50.

seus detratores afirmavam. Curiosamente, desabafa sobre o péssimo estado de seu coração, abalado por tanta injustiça.

defendo os meus irmãos, os portugueses – mas não defendo nenhum interesse de português rico com esta ou com aquela repartição brasileira. Um milionário seja de que nação for tem sempre defensores. Eu seria desnecessário. Por mais que pareça impossível nesta época de cavações, faço sem espalhato um jornal independente e honesto. Podem os miseráveis e incansavelmente reles invejosos pintarem-me com horrores. Cada vez mais os que não têm despeito sentem que eu posso errar mas sempre sinceramente, movido pela generosidade e pelo coração – que aliás começou a adoecer... Daí a inocuidade dessa campanha que quer reduzir um nobre amor à baixeza de um aluguel.⁵³²

Parece inegável a sinceridade do cronista, em vista da maneira direta e franca como se dirige aos leitores. A decisão de manter sua posição, mesmo em estado de quase colapso financeiro e emocional, revela igualmente o compromisso do homem de letras e cronista com suas convicções políticas, com o exercício de pensar a questão nacional em momento de intenso debate sobre a presença portuguesa no país e a modernização do Brasil. Reafirma ser *A Pátria* um jornal independente e honesto e rechaça a suspeita de que recebia da colônia para manter a publicação do periódico. Em outras palavras deixa ver, nas entrelinhas, que a defesa da aproximação luso-brasileira tornara-se para ele uma “causa”, que adotara a lusofilia como atitude política, “campanha” que vinha executando desde 1908, quando visitou pela primeira vez Portugal e, no ano seguinte, conheceu pessoalmente João de Barros.⁵³³ A partir de então, *Portugal d’agora*, *Fados, canções e danças de Portugal*, *A Atlântida*, *A Pátria*, artigos, resenhas e conferências publicados em diversos periódicos e livros reforçaram o compromisso do autor com Portugal e os portugueses, ou seja, com a herança cultural portuguesa, compromisso que para ele era também um sinal de patriotismo.

Vinte anos após a sua morte, o jornal carioca *A Notícia*, dirigido por Cândido de Campos, fez um inquérito sobre a importância da obra de Paulo Barreto para o jornalismo e a aproximação luso-brasileira. Intitulada “Evocando a vida e a obra de João do Rio”, a série de depoimentos de eminentes escritores foi

⁵³² RIO, João do. “A X., português”. “Bilhete”. *A Pátria*, Rio de Janeiro, p. 2, 25/04/1921.

⁵³³ Em *A aproximação luso-brasileira e a paz* João de Barros lembra que, em 1908, João do Rio escrevera uma resenha na *Gazeta de Notícias* sobre um artigo dele publicado na revista francesa *La Revue*, fato que abordaremos no próximo capítulo.

impulsionada pela publicação de dois artigos, de João de Barros e de Gustavo Barroso, no *Diário de Lisboa*, nos quais os autores lamentavam o esquecimento do nome de João do Rio, tanto no Brasil como em Portugal, nas comemorações pelos Centenários de Portugal.⁵³⁴ As entrevistas tomaram dez edições, publicadas nos meses de janeiro e fevereiro de 1941. Edmundo da Luz Pinto, Austregésilo de Athayde, Ribeiro Couto, Jarbas de Carvalho, Carlos Maul, Guedes de Amorim, Luiz Edmundo, Augusto Frederico Schmidt, Abadie Faria Rosa e Herbert Moses foram entrevistados.

Na década seguinte, precisamente em 1950, João de Barros inaugurou, em Lisboa, um busto em homenagem ao grande amigo. Da morte do jornalista à publicação do inquérito e à inauguração do busto decorreram 30 anos. Três décadas nas quais o nome de João do Rio ficou esquecido, apesar de ter sido membro da Academia Brasileira de Letras, sócio-correspondente da Academia de Ciências de Lisboa, de ter propagado intensamente o Brasil no exterior e lutado pela aproximação entre o Brasil e Portugal, como estratégia de fortalecimento político, militar, intelectual e econômico das duas repúblicas.

Neste sentido, a simpatia e a amizade dele por Portugal e com os intelectuais portugueses, principalmente Carlos Malheiro Dias e João de Barros, deixam ver que a aproximação luso-brasileira exerceu papel de extrema relevância em sua carreira. Sendo assim, acreditamos que as narrativas de Paulo Barreto sobre o tema devem ser inscritas na “cronologia do luso-brasilismo”, para recordarmos a expressão de Bettencourt Rodrigues. Por essa razão, ao inquérito sobre João do Rio em *A Notícia* e aos discursos de João de Barros pelo estreitamento de laços entre o Brasil e Portugal, nos quais reatualiza as intervenções do amigo em prol deste estreitamento, será dedicado o quinto e último capítulo da tese.

⁵³⁴ Duplo centenário, oitavo da fundação da monarquia nacional lusitana por D. Afonso Henriques (1140) e terceiro da restauração da independência (1640) após 60 anos do domínio espanhol, por D. João IV. Na comemoração, organizada em Lisboa, o Brasil ganhou destaque como país irmão, estratégia do governo salazarista para propagar o Império Colonial Português. RAMOS, Maria Bernardete. “A intimidade luso-brasileira – nacionalismo e racismo”. In: RAMOS, Maria Bernardete, SERPA, Élio, PAULO, Heloisa (Org.). *O beijo através do Atlântico: o lugar do Brasil no Panlusitanismo*. Chapecó: Argos, 2001, p. 380.